

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE LETRAS/PORTUGUÊS



# SINTAXE DO PORTUGUÊS

3º semestre



## Presidente da República Federativa do Brasil

**Luiz Inácio Lula da Silva**

## Ministério da Educação

**Fernando Haddad**

Ministro do Estado da Educação

**Maria Paula Dallari Bucci**

Secretário de Educação Superior

**Carlos Eduardo Bielschowsky**

Secretário da Educação a Distância

## Universidade Federal de Santa Maria

**Clóvis Silva Lima**

Reitor

**Felipe Martins Muller**

Vice-Reitor

**João Manoel Espina Rossés**

Chefe de Gabinete do Reitor

**André Luís Kieling Ries**

Pró-Reitor de Administração

**José Francisco Silva Dias**

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

**João Rodolfo Amaral Flores**

Pró-Reitor de Extensão

**Jorge Luiz da Cunha**

Pró-Reitor de Graduação

**Charles Jacques Prade**

Pró-Reitor de Planejamento

**Helio Leães Hey**

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

**João Pillar Pacheco de Campos**

Pró-Reitor de Recursos Humanos

**Fernando Bordin da Rocha**

Diretor do CPD

## Coordenação de Educação a Distância

**Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso**

Coordenadora de EaD

**Roseclea Duarte Medina**

Vice-Coordenadora de EaD

**Roberto Cassol**

Coordenador de Pólos

**José Orion Martins Ribeiro**

Gestão Financeira

## Centro de Artes e Letras

**Edemur Casanova**

Diretor do Centro Artes e Letras

**Ceres Helena Ziegler Bevilaqua**

Coordenadora do Curso de Graduação em

Letras/Português a Distância

### Elaboração do Conteúdo

**Magda Luiza Kessler**

Professora pesquisadora/conteudista

### Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

**Carlos Gustavo Matins Hoelzel**

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

**Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso**

**Rosiclei Aparecida Cavichioli Laudermann**

**Silvia Helena Lovato do Nascimento**

**Ceres Helena Ziegler Bevilaqua**

**André Krusser Dalmazzo**

**Edgardo Gustavo Fernández**

**Marcos Vinícius Bittencourt de Souza**

Desenvolvimento da Plataforma

**Lígia Motta Reis**

Gestão Administrativa

**Flávia Cirolini Weber**

Gestão do Design

**Evandro Bertol**

Designer

### ETIC - Bolsistas e Colaboradores

#### Orientação Pedagógica

**Elias Bortolotto**

**Fabício Viero de Araujo**

**Gilse A. Morgental Falkembach**

**Leila Maria Araújo Santos**

#### Revisão de Português

**Enéias Tavares**

**Rejane Arce Vargas**

**Rosaura Albuquerque Leão**

**Silvia Helena Lovato do Nascimento**

#### Ilustração e Diagramação

**Evandro Bertol**

**Flávia Cirolini Weber**

**Helena Ruiz de Souza**

**Lucia Cristina Mazetti Palmeiro**

**Ricardo Antunes Machado**

#### Suporte Técnico

**Adílson Heck**

**Cleber Righi**

## Sumário

<b>Unidade A - NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>5</b>
1. Noção de gramática .....	5
2. Objeto e objetivos da sintaxe.....	6
2.1 Objeto da sintaxe .....	6
2.2 Objetivos do estudo da sintaxe.....	7
3. As abordagens da sintaxe na gramática .....	7
3.1 A visão formalista .....	8
3.2 A visão funcionalista .....	8
3.3 A visão tradicional .....	9
4. Relações entre sintaxe/ semântica .....	11
Referências bibliográficas .....	14
<b>Unidade B - O LÉXICO.....</b>	<b>15</b>
1. As propriedades do léxico .....	15
1.1 Propriedades morfológicas dos itens lexicais.....	16
1.2 Propriedades distribucionais dos itens lexicais .....	16
2. Predicados e argumentos- papéis semânticos .....	18
3. Tipos de argumentos.....	21
Referências bibliográficas .....	23
<b>UNIDADE C - CONSTITUINTES FRASAIS.....</b>	<b>24</b>
1. Funções sintáticas dos constituintes .....	24
1.1 SUJEITO .....	25
1.2 POSIÇÃO DO SUJEITO .....	27
1.3 PREDICADO.....	27
1.4 OBJETO DIRETO.....	28
1.5 OBJETO INDIRETO .....	29
1.6 PREDICATIVO - O ADJETIVO COMO PREDICADOR .....	31
1.7 ADJUNTOS.....	35
1.8 COMPLEMENTOS ADVERBIAIS .....	36
2. Estrutura dos sintagmas dentro da oração simples .....	36
A. O sintagma nominal .....	39
B. O sintagma adjetival .....	42
C. O sintagma verbal.....	43
D. O sintagma preposicionado .....	43
3. Ambigüidade estrutural.....	44
4. Representação arbórea dos constituintes da oração simples.....	48
Referências bibliográficas .....	53
<b>UNIDADE D - OS CASOS .....</b>	<b>54</b>
1. Caso abstrato, caso morfológico e caso semântico .....	54
Referências bibliográficas .....	57

## Unidade A

### NOÇÕES GERAIS

#### Introdução

Nesta unidade, vamos estudar alguns aspectos gerais da gramática, tais como seu conceito e as abordagens mais conhecidas dos fatos lingüísticos. A seguir, vamos tratar do objeto e dos objetivos do ensino da sintaxe e verificar brevemente como a sintaxe se relaciona com outro componente da gramática, a semântica.

#### Objetivos

Ao final desta unidade, os alunos deverão ser capazes de:

- identificar as principais formas de abordagem dos estudos gramaticais;
- reconhecer o objeto de estudo da sintaxe;
- conhecer os principais objetivos do estudo da sintaxe;
- perceber as inter-relações da sintaxe com a semântica.

### 1. Noção de gramática

Um dos conceitos de gramática que todos temos é o de um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que desejam expressar-se adequadamente. Essa concepção corresponde à gramática **normativa**, que se preocupa com a prescrição de regras para bem falar e escrever. Essa gramática trabalha com a noção de **certo** e **errado**.

Outra concepção de gramática é aquela denominada de **descritiva**, que se ocupa em descrever a estrutura e o funcionamento da língua, a sua forma e função. Essa gramática consiste num conjunto de regras depreendidas dos dados analisados pelo lingüista, segundo determinada teoria, a fim de associar cada expressão de determinada língua a uma descrição de sua estrutura e de estabelecer suas regras de uso. Essa concepção de gramática trabalha com a noção de **gramatical** e **não-gramatical**.

Uma terceira concepção de gramática refere-se ao conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e das quais lança mão ao falar. Trata-se da gramática **internalizada**, que não depende de aprendiza-

#### FIQUE ATENTO

É importante dizer que gramatical é a sentença produzida e interpretada pelo falante nativo e que agramatical é sentença não produzida e não interpretada pelo falante nativo. Essas são noções diferentes das noções de certo e errado, usadas pela gramática normativa.

do na escola. Nessa concepção de gramática, não se considera o erro lingüístico, mas a **inadequação** da variedade lingüística utilizada em determinada situação de interação comunicativa, por não atender às normas de uso da língua, ou por não atender aos propósitos comunicativos do falante. Essa concepção se refere às regras internalizadas que todo falante tem, independentemente de ter ou não freqüentado a escola.

## 2. Objeto e objetivos da sintaxe

Neste tópico, vamos esclarecer qual é o objeto de estudo da sintaxe e quais os objetivos do seu estudo.

### 2.1 Objeto da sintaxe

Primeiramente, é preciso dizer que *a sintaxe é o estudo da maneira como as palavras se combinam em estruturas chamadas frases.*

A sintaxe é responsável, juntamente com a morfologia e o léxico, por parte fundamental da organização das frases. A sintaxe trata dos mecanismos gramaticais que estruturam internamente o período a partir das palavras.

Esses mecanismos são os seguintes:

1. a escolha da unidade (palavra ou sintagma) de acordo com sua classe ou subclasse. Por exemplo, podemos dizer *O brinquedo da criança caiu*, mas não *O da janela caiu*, pois essa posição tem de ser ocupada por um substantivo. Podemos dizer *A Joana gosta de João*, mas não *A Maria gosta com João*, pois só a preposição *de* pode introduzir o complemento do verbo gostar.

2. A posição de cada unidade-palavra ou sintagma na construção do nível superior.

Dessa forma, podemos dizer *Caiu o brinquedo da criança*, mas não *O caiu da criança brinquedo*.

3. A forma morfossintática dos vocábulos adequada à relação que se estabelece entre eles.

Assim, podemos dizer *Fizeram-lhe muitas perguntas*, mas não *Fizeram-no muitas perguntas*.

• A substituição de unidades por alguma palavra ou por sua ausência, sem prejuízo a compreensão das frases.

Por isso, na frase *A esposa lavava a louça e o marido secava*, atribui-se ao segundo verbo o mesmo complemento do primeiro, *a louça*.

## **2.2 Objetivos do estudo da sintaxe**

Você talvez esteja se perguntando para que serve estudar sintaxe. Para responder a essa indagação, vamos ver o que Perini (2007, p.30-32) considera como contribuições relevantes do estudo desse componente da gramática da língua. Segundo esse autor, a sintaxe deve ser ensinada na escola para:

1. contribuir para a *formação cultural*, ou seja, para a construção do conhecimento científico, sem preocupação com aplicação prática na vida, assim como se ensinam, nas disciplinas do currículo escolar, noções de física, biologia, química e matemática, por exemplo;

2. formar *habilidades intelectuais* de observação e raciocínio, indispensáveis para ajudar o estudante a pensar por si mesmo, o que é um pré-requisito à formação de indivíduos capazes de aprender por si mesmos;

3. desenvolver o *senso crítico* do aluno, a fim de ele ser capaz de criticar o que aprendeu e criar conhecimento novo. Trata-se de um meio para os alunos crescerem e libertarem-se intelectualmente.

Além desses objetivos, o estudo da sintaxe permite:

4. saber como os itens lexicais de uma língua se estruturam em uma sentença – parte central da competência lingüística dos seres humanos;

5. perceber que as sentenças de nossa língua não resultam de mera ordenação de itens lexicais em uma seqüência linear;

6. mostrar como nosso conhecimento lingüístico pode ser usado como um guia para nos orientar na análise das estruturas das sentenças de nossa língua.

## **3. As abordagens da sintaxe na gramática**

O termo *sintaxe* deriva-se do grego *syntaxis* (ordem, disposição) e tradicionalmente remete à parte da Gramática dedicada à descrição do

modo como as palavras são combinadas para compor sentenças; essa descrição é organizada sob a forma de regras.

A sintaxe passou a se constituir em uma disciplina autônoma a partir das idéias do lingüista suíço Ferdinand de Saussure, que, no início do século XX, propôs a clássica distinção entre *langue e parole*, definindo a existência de um sistema de convenções, regras e princípios independentemente do uso lingüístico. Assim, foi possível se estudar a linguagem tanto do ponto de vista de sua forma quanto do ponto de vista de suas funções (BERLINCH, R.A.; AUGUSTO, M.R.A.; SCHER, A.T. 2006).

A seguir, apresentamos a origem de duas das noções de Gramática explicadas no capítulo 1, contrapondo-as à noção da Gramática Normativa (ou Gramática Tradicional).

### 3.1 A visão formalista

A abordagem formalista de análise lingüística se dedica a questões relacionadas à estrutura lingüística, sem se preocupar especialmente com as relações entre a língua e o contexto (situação comunicativa) em que se insere. Ou seja, para os pesquisadores que seguem essa linha de análise, a Sintaxe deve ser examinada como um objeto autônomo. Como consequência dessa autonomia, a análise lingüística, sob o ponto de vista formal dos aspectos sintáticos de uma língua, é feita com ênfase na sentença. É por isso que a variação e a mudança lingüística são tratadas em termos de propriedades internas ao sistema lingüístico ou de possibilidades de variação que se verificam nesse mesmo sistema.

A gramática gerativa proposta por Noam Chomsky, iniciada no final da década de 50, é um exemplo de proposta de análise lingüística voltada para as questões formais da língua. Nesse programa de investigação, a visão formalista se manifesta, em primeiro lugar, pela preocupação central com as propriedades estruturais de uma língua. Ou seja, Chomsky tenta, a partir da língua em termos de suas partes, determinar quais os princípios de sua organização, para depois estabelecer as relações entre elas e seu uso.

### 3.2 A visão funcionalista

A abordagem funcionalista considera a linguagem como um sistema não-autônomo, o qual surge da necessidade de comunicação entre os membros de uma comunidade, e que está sujeito às limitações impostas pela capacidade humana de adquirir e processar conhecimento. Essa abordagem leva em conta que esse sistema modifica-se continuamente, para satisfazer às novas necessidades comunicativas.

Os funcionalistas ampliam a análise para além da sentença por-



que os processos sintáticos são entendidos a partir das relações que o componente sintático da língua mantém com os componentes semântico e discursivo. Para essa visão, só é possível compreender a sintaxe levando em conta também o contexto em que a sentença está inserida.

### 3.3 A visão tradicional

A gramática tradicional, que tem servido de base para o ensino de Língua Portuguesa na escola, origina-se das preocupações filosóficas dos gregos, divulgadas pelos romanos. Essa gramática resultou, em grande parte, das categorias e dos princípios estabelecidos na Antiguidade Clássica, concebidos por meio da análise das línguas grega e latina. Por esse motivo, esses princípios nem sempre refletem os fatos de todas as línguas. Além disso, a preocupação das gramáticas tradicionais é apresentar as regras da norma culta, distanciando-se muitas vezes da realidade lingüística. Isso acontece porque as regras resultam da seleção de usos da língua por um grande número de escritores consagrados, de onde são apresentadas as formas segundo as quais esses escritores combinam e organizam as palavras de seus textos em sentenças.

A seguir, vamos observar, a partir de alguns exemplos, como cada uma dessas gramáticas trata a **ordenação** das palavras nas sentenças.

Em primeiro lugar, vamos observar os seguintes exemplos:

- (1) Antonio deu um presente para Maria.
- (2) A Joana eu encontrei ontem.
- (3) No baile vieram o Antonio e o Jorge.

Segundo a Gramática Tradicional, (1) exemplifica a ordem direta, natural e predominante dos elementos da frase em português e nas outras línguas românicas: sujeito, verbo, complementos. As frases (2) e (3) constituem, nessa perspectiva, casos de ordem inversa, resultado de opções de estilo destinadas a enfatizar algum constituinte.

A explicação para a inversão da ordem parte de um conjunto de fatores heterogêneos, tais como o tipo de oração (interrogativa, reduzida, exclamativa), certas categorias verbais (verbos *dicendi*, verbos intransitivos) e também pela própria natureza do elemento deslocado (sujeito oracional, adjunto adverbial, predicativo). Dessa forma, trata-se de uma descrição frágil porque não propõe um fator ou princípio geral que explique satisfatoriamente todos os casos. O que falta é uma generalização que dê conta de todas as possibilidades de ordenação.

A fragilidade da explicação da inversão da ordem devido à ênfase é vaga porque a ênfase deveria ser pouco freqüente. No entanto, esse

#### FIQUE ATENTO

Verbos *dicendi* são os que servem para introduzir a fala de alguém, como falar, dizer, comentar, etc.

fenômeno é comum. Por outro lado, se a inversão é um recurso estilístico, então não deveria se limitar àqueles contextos, e sim ser uma alternativa possível para qualquer frase básica da língua. Esclarecendo um pouco mais, poderíamos considerar que a frase

(4) Deu Antonio um presente para Maria.

não parece natural para os falantes do português, quando comparada com (1).

Também podemos dizer que nem sempre será possível determinar que elemento da frase está-se querendo enfatizar numa construção invertida.

Agora, retomando-se os exemplos de (1) a (3), podemos considerar que há outras possibilidades de ordenação:

(5) Um presente Antonio deu para Maria.

(6) Eu encontrei a Joana ontem.

(7) O Antonio e o Jorge vieram na festa.

(8) Vieram o Antonio e o Jorge na festa .

Os exemplos de (1) a (3) e de (5) a (8) apresentam constituintes básicos que se organizam de forma variável na frase: o verbo (V), o objeto direto (OD), o objeto indireto (OI) e um complemento circunstancial ou adjunto (Circ.). Os padrões frasais que podem resultar das combinações possíveis ilustradas acima são:

(9) S- V- OD- OI

(10) OD- S- V- Circ.

(11) Circ.\_ V- S

(12) OD- S- V- OI

(13) S- V- OD- Circ.

(14) S- V- Circ.

(15) V- S- Circ.

Podemos notar uma diferença entre os padrões (11) e (15), os únicos em que o sujeito vem posposto ao verbo. Se pensarmos no exemplo já mencionado

(4) Deu Antonio um presente para Maria.

ou na variação possível dessa sentença como em

(16) Um presente deu Antonio para Maria.

como é possível explicar a possibilidade de pospor ou não o sujeito e de antepor ou não o complemento? A tradição gramatical não dá a resposta, mas as abordagens formalistas e funcionalistas procuram oferecer algumas possibilidades de solução.

Segundo a *perspectiva gerativista*, a ordem linear de itens lexicais em uma sentença obedece a uma competência do falante em organizar estruturalmente os constituintes básicos que se distribuem pela sentença. Assim, as frases (1) e (5) seguem essa organização:

- (1) Antonio deu um presente para Maria.
- (5) Um presente Antonio deu para Maria.

Porém o exemplo (17) \*Presente Antonio Maria o deu. é considerado uma sentença agramatical, uma não-sentença, porque se desvia de uma estruturação possível dos constituintes hierárquicos.

Quanto à ordem dos constituintes, a *perspectiva funcionalista* admite que há alternativas de ordenação, mas não lhes atribui nenhum tipo de hierarquia. Considera que os elementos componentes da sentença podem ser ordenados segundo diversos padrões, que são gramaticalmente equivalentes. Para os pesquisadores funcionalistas, não há uma ordem primeira, da qual se derivam as demais, e sim a coexistência de várias construções.

#### 4. Relações entre sintaxe/ semântica

As disciplinas que se ocupam dos diversos aspectos das expressões lingüísticas são chamadas de *componentes* da gramática. Por isso a gramática de uma língua inclui os seguintes componentes: *a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica*.

Nesta seção do nosso estudo, vamos nos ocupar da sintaxe e da semântica. Esses componentes apresentam diferenças importantes. Segundo Perini (2007, p. 5),

A sintaxe tem como única função definir quais são as frases bem formadas na língua; assim, tem-se apenas um conjunto de instruções sobre o modo de construir frases em português. A semântica também tem uma função paralela, ou seja, um conjunto de instruções sobre o modo de construir frases que tenham sentido; mas a semântica, além disso, é um dos pontos de contato da língua com o mundo exterior. As regras semânticas, além de atuarem como filtros, excluindo as frases semanti-

camente mal formadas, também atribuem a cada construção um significado, denominado de **interpretação semântica**. ( Grifo do autor)

Vamos exemplificar com a seguinte frase:

(1) *A bela mulher conquistou meu amigo.*

As regras sintáticas determinam que *conquistou* deve concordar com *a bela mulher*, que *meu* deve concordar com *amigo*, que *a bela mulher* ( sujeito) deve vir antes de *conquistou* (núcleo do predicado, etc.). As regras semânticas, por sua vez, determinam que o sujeito de *conquistou* deve ser, preferencialmente, um ente animado e humano.

A fim de ilustrar as relações entre a sintaxe e a semântica, vamos examinar certos aspectos relacionados com os verbos, já que eles são os itens lexicais centrais da estrutura frasal.

Alguns fenômenos relacionados com a predicação verbal demonstram a existência de uma sistematicidade nas relações entre léxico e sintaxe. Uma dessas questões é a afirmação da gramática tradicional de que verbos que têm um sujeito e um objeto direto são passíveis de aparecer na voz passiva, como podemos observar nos exemplos a seguir:

- (2) a. João construiu este muro.  
b. Este muro foi construído por João.  
c. O assaltante matou duas pessoas.  
d. Duas pessoas foram mortas pelo assaltante.

A partir dessa afirmação, podemos propor que um verbo como quebrar, que é transitivo direto, também pode ser passivizado. Então, podemos obter pares como em (2):

- (3) a. Os meninos quebraram a vidraça.  
a'. A vidraça foi quebrada pelos meninos.  
b. Os vândalos quebraram as lâmpadas dos postes.  
b'. As lâmpadas dos postes foram quebradas pelos vândalos.

Porém, observemos o par em (4):

- (4) a. O João quebrou a perna.  
a'. \* A perna foi quebrada pelo João.

\* o asterisco(\*) indica que a frase em questão é agramatical.

A interpretação da sentença (4a) é de que o João quebrou a própria perna, mas a sentença (4a') não é uma sentença do português, se desejarmos interpretar que a perna quebrada era do João. Essa situação conduz a um questionamento sobre por que nas sentenças (3 a') e (3 b') a passiva é possível, mas não em (4a'). Antes de apresentarmos uma explicação para o fato, vamos examinar mais alguns exemplos:

- (5) a. O jogador perdeu a partida.  
a'. A partida foi perdida pelo jogador.

O verbo *perder* é transitivo direto e a sentença (5) mostra que ele pode ser passivizado. No entanto, vejamos o que acontece com o par em (6):

- (6) a. Meu amigo perdeu o pai.  
a'. \* O pai foi perdido por meu amigo.

Mais uma vez, notamos que o verbo *perder* às vezes aceita a voz passiva, às vezes, não. Esses casos mostram que *não é possível generalizar a aplicação da passiva a toda a classe de verbos transitivos diretos*. Esse princípio se aplica a outros verbos, como *romper*, *queimar*, *arranhar*, etc.

Esse princípio aplica-se também aos chamados verbos psicológicos, que denotam um estado emocional, como *amar*, *chatear*, *preocupar*, *respeitar*, etc. Vejamos os exemplos abaixo:

- (7) a. Os filhos são amados pelos pais.  
a'.\* Os filhos ficam amados pelos pais.  
b. Os religiosos são respeitados pelos fiéis.  
b'. \*Os religiosos ficam respeitados pelos fiéis.

- (8) a. Os filhos ficam chateados pelos pais.  
a'.\* Os filhos foram chateados com os pais.  
b. \*Os filhos foram preocupados com os pais.  
b'. Os filhos ficam preocupados com os pais.

Notamos que os verbos *amar* e *respeitar* aceitam a passiva analítica com o verbo *ser*, mas não aceitam a passiva com o verbo *ficar*; os verbos *chatear* e *preocupar* aceitam a passiva analítica com o verbo *ficar*, mas não a aceitam com o verbo *ser*.

Existe ainda outra classe de verbos psicológicos que aceita os dois tipos de passiva, como ocorre com os verbos *intimidar*, *apavorar*, *ator-*

*mentar, desiludir, motivar, seduzir*. Ao contrário de verbos como *temer x horrorizar; desejar x deprimir; menosprezar x aborrecer*, as assimetrias demonstradas acima não se mantêm. Vejamos os exemplos:

- (9) a. A Alice foi intimidada pelo namorado.  
a'. A Alice ficou intimidada com a agressividade do namorado.  
b. O Alberto foi apavorado pelo policial.  
b'. O Alberto ficou apavorado com o policial.

Os exemplos discutidos até aqui mostram um fenômeno que se refere não ao significado do verbo, isoladamente, mas ao tipo de relação semântica que o verbo estabelece com seus argumentos. Por exemplo, nas questões relativas à possibilidade de formação de voz passiva, percebemos que ela só pode ocorrer quando o sujeito da sentença tem controle sobre a ação expressa pelo verbo. Retomando as sentenças com o verbo *quebrar*, já apresentadas em (3) e (4), vemos:

- (10) a. Os meninos quebraram a vidraça.  
a'. A vidraça foi quebrada pelos meninos.  
b. O João quebrou a perna.  
b' \* A perna foi quebrada pelo João.

Observamos que em (10a), o sujeito\_ os meninos\_ tem controle sobre a ação do verbo porque ele tem uma função no desencadeamento da ação. Em (10b), ao contrário, o sujeito\_ o João\_ é interpretado como um elemento afetado pelo processo expresso pelo verbo e não como um desencadeador desse processo.

Esses fatos ilustram a existência de relações entre a estrutura sintática e a estrutura semântica dos verbos, as quais são percebidas por qualquer falante da língua sem que tenham aprendido na escola.

### Referências bibliográficas

BERLINCH, R. A. ; AUGUSTO, M. R. A ; SCHER, A. P. *Sintaxe*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C.; **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. Vol. 1, 6ª ed. SP: Cortez, 2006.

NEGRÃO, E.; SCHER, A.; VIOTTI, E. A competência lingüística. In: FIORIN, J. L. (Org.) **Introdução à lingüística I**. Objetos teóricos. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. 4ª ed. SP: Ática, 2007.

## Unidade B

### O LÉXICO

#### Introdução

Nesta unidade, vamos tratar das propriedades do léxico, um dos componentes essenciais da estrutura frasal, e de como o nosso conhecimento lingüístico pode ser usado para nos orientar no trabalho de análise da estrutura das sentenças de nossa língua.

Também vamos abordar especificamente o funcionamento sintático e semântico dos constituintes da oração, ou seja, o predicado e seus argumentos, os tipos de argumentos e os sintagmas que compõem a frase do português.

No final desta unidade, os alunos deverão ser capazes de:

1. explicar as propriedades dos itens lexicais presentes nas estruturas frasais;
2. identificar a estrutura dos constituintes da oração, do ponto de vista sintático e semântico.

#### 1. As propriedades do léxico

Segundo Negrão, Scher e Viotti(2003), os falantes de uma língua sabem que um certo item lexical pertence a uma determinada categoria gramatical. Sabe, por exemplo, que a palavra *gato* é do mesmo tipo que *mesa* ou *homens* e de um tipo diferente das palavras *vender*, *vendeu*, *venderia* que, por sua vez, são do mesmo tipo que *falar*, *falamos*, *falaria*. Uma evidência de que esse conhecimento não se deriva do conhecimento do significado do item lexical em questão ocorre quando expusemos um falante a sentenças com palavras inventadas, que não existem no dicionário da língua, mas que se comportam como outros itens lexicais pertencentes a uma determinada categoria de palavras. Esse falante reconhece que a palavra pertence à categoria condizente.

Os autores (p. 83) apresentam um conjunto de sentenças que são construídas com o item lexical *plongar*, palavra não encontrada em nenhum dicionário da língua portuguesa:

- (1) a. Os rapazes plongam sempre à tarde.  
b. Certo dia, um policial plongou vários torcedores do Grêmio.  
c. Nas férias, eu plongava todas as manhãs.

- d. Quando ele chegou, todos estavam plingando em pequenos grupos.

Qualquer falante do português é capaz de perceber que a palavra *plingar* pertence à mesma categoria que *cantar*. Ele é capaz de reconhecer esse fato porque conhece as propriedades gramaticais (*morfológicas, distribucionais e semânticas*) que caracterizam cada uma das categorias da língua.

Como se manifestam, então, as propriedades gramaticais dos itens lexicais? É o que veremos a seguir.

### 1.1 Propriedades morfológicas dos itens lexicais

**a) Flexão** - Algumas classes de palavras sofrem modificações a fim de expressarem noções de *gênero* (masculino/ feminino) e *número* (singular /plural), como os substantivos, os adjetivos e alguns tipos de pronomes. Por exemplo, *menino/meninos* distinguem-se pelo morfema *-s* de plural; *menino/menina* distinguem-se pela presença do morfema *-a*, que expressa a noção de gênero feminino. Outra classe de palavras recebe, além da flexão de número, a de pessoa, tempo e modo, como os verbos: *cantava, cantaste, cantarei*.

**b) Derivação** - algumas palavras podem derivar-se de outras, já existentes na língua. Isso ocorre por meio dos afixos (sufixos e prefixos). Esse fenômeno ocorre, por exemplo, em *infeliz, certamente, casamento, afável*, palavras que resultaram do acréscimo de um prefixo, nas primeiras, e de um sufixo, nas demais palavras. Os falantes percebem que, ao sofrerem essas mudanças na forma, muitas palavras mudam também de classe gramatical, como ocorre com *certamente* (do adjetivo *certo*+ *-mente*, resultando num advérbio), ou com *casamento* (do verbo *casar* + *-mento*, resultando num substantivo).

### 1.2 Propriedades distribucionais dos itens lexicais

O ponto de vista distribucional leva em conta as funções que os itens lexicais desempenham na sentença, dependendo de como eles se relacionam entre si. Observemos, por exemplo, o grupo de sentenças abaixo:

- a) O menino jogou bola.
- b) Os meninos jogarão bola amanhã.
- c) O professor elogiou todos os meninos estudiosos.

Nessas sentenças, o item *menino(s)* vem antecedido pelos determinantes *o, os*. Na sentença (c), ele vem antecedido pelo quan-



tificador *todos* e seguido pela propriedade expressa por *estudiosos*, funcionando como o núcleo do constituinte que integra. Ainda distribucionalmente, observamos que o constituinte do qual *menino(s)* é núcleo pode anteceder ou seguir o verbo e satisfaz exigências sintáticas e semânticas por ele impostas. Por esses motivos (serem núcleo de constituinte e satisfazerem imposições sintáticas e semânticas do verbo), pertencem à categoria dos nomes.

Considerando ainda as sentenças (a, b, c), acima, podemos observar como os itens *jogou*, *jogarão* e *elogiou* se comportam nas sentenças que integram. Vemos que *jogou*, *jogarão* e *elogiou* assumem características morfológicas comuns a seus sujeitos. Assim, *jogou* assume a forma de 3ª pessoa do singular, concordando com o sujeito *menino*; *jogarão* assume a forma de 3ª pessoa do plural, concordando com o sujeito *meninos*; e *elogiou* assume flexão de 3ª pessoa do plural, concordando com o sujeito *professor*. Sabemos também que esses itens lexicais podem assumir marcas de tempo, como vemos em *jogou* / *elogiou* (pretérito) e *jogarão* (futuro).

A posição que um item pode ocupar na estrutura sentencial é uma propriedade definidora crucial da categoria gramatical do item lexical e funciona, dessa forma, como um critério distribucional. Vamos considerar a sentença abaixo:

O macaco ..... a banana.

Se um falante for solicitado a preencher a lacuna, certamente irá preenchê-la com itens do tipo *comeu*, *encontrou*, *mordeu*, *estava comendo*, ou seja, com verbos. Da mesma forma vai acontecer em contextos mais complexos, como nas seguintes sentenças:

- a) .....do show, a platéia aplaudiu.
- b) Os fãs aplaudiram sem que ninguém .....

Em (a), o falante poderia optar por preencher a lacuna com itens como *depois*, *após*; em (b), o falante sabe que terá que preencher a lacuna com um verbo flexionado devido à presença da expressão *sem que* introduzindo uma oração.

Como os verbos são os itens lexicais que denotam situações que podem ser do tipo atividades, estados ou eventos, também esse é um critério que os falantes usam para classificar os itens lexicais de sua língua. Nesse caso, eles estarão baseando-se nas **propriedades semânticas** dos itens lexicais.

O uso dos critérios morfológicos, distribucionais e semânticos permite-nos levantar propriedades caracterizadoras de algumas cate-

gorias gramaticais a fim de experienciar o processo de construção de agrupamentos dos itens lexicais da língua. Para demonstrar um pouco mais a utilidade desses critérios, vamos examinar outros exemplos:

- (4) a. O *tago* chegou cedo.  
b. Os *tagos* vieram cheios.  
c. Todos viram muitos *tagos* estranhos.

Observamos, primeiro, que a palavra *tago*, em (4), apresenta formas diferentes (de singular ou plural). No português, o plural é próprio de palavras como *mesa/mesas*; além disso, sabemos que palavras terminadas em *-o* são, em geral, pertencentes ao gênero masculino. Assim, pelas marcas de gênero e número presentes na palavra em análise, deduzimos que se trata de uma palavra pertencente à categoria dos nomes ou substantivos.

Podemos constatar que o item lexical *tago(s)* em (4)a e (4)b vem antecedido pelos determinantes *o*, *os*, e em (4)c, ele vem antecedido pelo quantificador *muitos* e seguido pela propriedade expressa pela palavra *estranhos*, funcionando como núcleo do sintagma que integra. Também do ponto de vista distribucional, vemos que o constituinte do qual *tago(s)* é núcleo pode anteceder ou seguir o verbo e satisfaz exigências sintáticas e semânticas impostas por ele. O fato de serem núcleos de seus constituintes e de satisfazerem as imposições sintáticas e semânticas do verbo reafirma a hipótese de que *tagos(s)* pertence à categoria dos nomes.

Ainda, mesmo não conhecendo o significado de *tagos(s)*, sabemos que esse item nomeia uma entidade, função que cabe à classe dos nomes.

Concluindo, vimos que as propriedades morfológicas, distribucionais e semânticas próprias de cada um dos itens lexicais de uma língua nos permitem agrupá-los em categorias que passam a ser definidas exatamente porque os itens lexicais que as constituem compartilham tais propriedades gramaticais.

## 2. Predicados e argumentos- papéis semânticos

As línguas naturais são usadas para a expressão do pensamento, ou seja, elas se relacionam às representações mentais que os falantes e interlocutores têm sobre quem faz o quê numa situação de comunicação expressa por uma sentença.

Numa sentença, os elementos se articulam em torno de um único processo verbal contendo um verbo principal. Vamos então entender, em primeiro lugar, a natureza dos verbos. Para isso, vamos considerar

uma cena que retrate duas crianças brincando no computador e pensar que, a partir dela, podemos descrever várias situações diferentes, dependendo do que for mais importante para nós. Dessa forma, as sentenças que seguem podem expressar algumas situações ou propriedades possivelmente reveladas pela cena:



1. Criança ama jogos.
2. As crianças estão jogando no computador.
3. Os jogos divertem as crianças.
4. Tem um vaso de flores sobre a mesa.
5. A sala é bem iluminada.
6. As crianças são bonitas.
7. A brincadeira distrai as crianças.
8. A distração das crianças agrada aos pais.

Como podemos ver, as sentenças (1) a (8) expressam situações (atividades, estados ou eventos) diferentes. Cada uma dessas situações é descrita por uma única palavra: o verbo da sentença. Essas situações envolvem um número de participantes de um certo tipo, desempenhando papéis específicos dentro dela.

Portanto, a situação de *amar*, expressa em (1), requer a presença de dois participantes que são os constituintes *criança* e *jogos*. Cada um deles desempenha um papel diferente nessa situação: aquele que ama e aquilo que é amado. Também o verbo *jogar* em (2) envolve a presença de participantes, no caso, apenas um participante é exigido, as *crianças*, que satisfaz a exigência do predicador verbal; o constituinte *no computador* não está na sentença para atender a um requisito

do verbo *jogar*. Assim, dizemos que, em (1), *criança* e *jogos* são os **argumentos do predicado** *amar*. Em (2), dizemos que as *crianças* são o único **argumento do predicado** *jogar*. Podemos, então, caracterizar os argumentos de um predicado como os elementos que são capazes de satisfazer as exigências do predicador, desempenhando papéis específicos determinados por ele.

Vimos, nos exemplos comentados acima, que um verbo possui uma estrutura argumental, ou seja, ativa em nossa mente um conjunto de “lugares virtuais” que, intuitivamente, sabemos que devem ser preenchidos. Assim, o verbo *amar* inclui em seu significado uma estrutura de dois argumentos (*criança, jogos*) e o verbo *jogar*, na sentença dada, possui apenas um argumento (*As crianças*).

O fato de possuir uma estrutura argumental dá ao verbo o *status de predicador*. Mas há outras palavras em português que podem, ocasionalmente, possuir também uma estrutura argumental, como os substantivos abstratos, os adjetivos e as preposições (como acontece na sentença (4), comentada a seguir).

Voltando, agora, às possibilidades de descrição da fotografia apresentada, vemos que o verbo da sentença (3) é um predicado de dois lugares (seleciona dois argumentos: *os jogos, as crianças*), assim como o verbo *distrair*, em (7) (também seleciona dois argumentos: *a brincadeira, as crianças*). Porém, na sentença (4), o verbo *ter* é um predicado de um lugar (*um vaso de flores*) assim como *começar*, na sentença (9) (*o jogo*).

Podemos observar, na sentença (4), como outras classes de palavras podem ser predicadores. Nesse caso, no constituinte *sobre a mesa*, a preposição *sobre* descreve uma situação estática, da qual participam certas entidades. A preposição *sobre*, em (4), expressa uma situação de representação do espaço, que envolve dois participantes: *um vaso* e *a mesa*. Esses constituintes satisfazem as exigências impostas pela preposição *sobre* e desempenham os papéis determinados por ela.

Observemos, agora, as sentenças (5) e (6). Essas sentenças expressam a situação estativa de a sala ser bem iluminada e as crianças serem bonitas, respectivamente. Mas há uma grande diferença entre as sentenças (1), por um lado, e (5) e (6), por outro, no que se refere ao tipo de verbo que participa de sua construção. Podemos dizer que *ama*, em (1), tem valor predicativo porque determina três coisas: (i) o número de participantes envolvidos na situação que ele descreve; (ii) as características que esses participantes devem ter (se precisam ser [+ou- humanos], [+ou- animados], por exemplo); e (iii) o papel que cada um desses participantes desempenha no evento descrito. O verbo *ser*, ao contrário, não possui essa capacidade porque ele é um

verbo puramente gramatical, ou seja, sua função é a de apenas carregar as marcas de flexão de tempo, aspecto, modo e pessoa. Ele não tem valor predicativo.

Se o verbo *ser* não tem valor predicativo, o que está funcionando como predicado nas sentenças (5) e (6) são, respectivamente, os adjetivos *iluminada* e *bonitas*. Assim, nessas sentenças, os constituintes *iluminada* e *bonitas* são predicados de um lugar, que tomam as expressões *a sala* e *as crianças* como seus argumentos.

Finalmente, vamos observar a estrutura da sentença (8). Temos, em primeiro lugar, uma situação expressa pelo verbo *agradar*, que é um predicado de dois lugares porque exige os argumentos *a distração das crianças* e *aos pais*. Entretanto, há ainda outra relação de predicação na sentença, estabelecida pelo nome *distração*. Notamos que *distração* expressa uma situação estática, que envolve um participante: *as crianças*. Esse participante, ou argumento, exerce um papel específico, o de distraído.

Observamos, até agora, a relação entre predicados e argumentos funcionando numa língua natural, o português brasileiro. Concluímos que verbos, nomes, preposições, adjetivos, entre outros itens lexicais, podem ser predicados e que, nesse caso, determinam o número de participantes da situação que expressam.

Antes de finalizar esse tópico, é importante lembrar que a noção de predicado aqui utilizada não corresponde exatamente à noção de predicado usada pela gramática tradicional, que o considera como tudo aquilo que se afirma do sujeito, incluindo o adjunto adverbial, que não faz parte da estrutura argumental do verbo, isto é, não interfere na predicação. A GT não leva em conta a estrutura argumental dos predicadores. Sendo assim, um verbo como *escrever* será considerado um predicador de um lugar (ou intransitivo) numa sentença como *Eu escrevo muito*, mas um predicador de dois lugares (ou transitivo) numa sentença como *Eu escrevi uma carta*.

### 3. Tipos de argumentos

Como já vimos, as línguas naturais são usadas para a expressão do pensamento, ou seja, elas se relacionam às representações mentais que correspondem a determinados *papéis semânticos* ou *temáticos* desempenhados pelos constituintes oracionais. Essa noção é importante porque nos permite fazer a representação conceitual entre eventos e objetos e as expressões a que se referem. A noção de papéis temáticos foi introduzida por Fillmore, com a sua Gramática dos Casos (1968). Esse autor acreditava que essa noção permitia suprir a insuficiência das explicações dadas pela gramática tradicional a respeito

de sujeito, objeto (ou qualquer outra função sintática) para expressar as relações de dependência existentes entre certas construções. Por exemplo:

- (7) a. Pedro abriu a porta.  
b. A porta abriu.
- (8) a. Pedro vendeu um carro para Luís.  
b. Luís comprou um carro de Pedro.

Em (7a e b), a função semântica de a porta é a mesma: paciente; contudo sua função sintática difere de uma sentença para outra: em (7a), exerce a função sintática de objeto, mas, em (7b), de sujeito. Em (8) *Pedro e Luís* estão em uma relação semântica de vendedor/comprador, mas suas funções sintáticas são diferentes. Em (8a), *Pedro* corresponde ao sujeito e *Luís*, ao objeto indireto. Em (8b), *Luís* é o sujeito e *Pedro*, o objeto indireto. Por esse motivo, a descrição da estrutura argumental de predicadores com base nos papéis temáticos permite distinguirmos entre função sintática (gramatical) e contribuição semântica dos constituintes da oração de forma mais coerente.

A seguir, vamos conhecer a aplicação da noção de papéis temáticos na classificação dos principais argumentos em português, que são, conforme Abreu (2003, p81-82), os seguintes:

**Agente:** ente animado responsável por uma ação. Exemplos: *"Ana cumprimentou a professora."* *"O gato comeu o passarinho."*

**Causa:** ente inanimado responsável por uma ação. Exemplos: *"A chuva inundou a cidade."* *"A ponte foi destruída por uma enchente."*

**Experienciador:** ente animado afetado materialmente ou psicologicamente por um processo. Exemplo: *"Rafael sentiu dor."* *"Júlia gosta do namorado."*

**Paciente:** ente animado afetado por uma ação. Exemplo: *"Júlia elogia o namorado."* *"O homem bateu no cavalo."*

**Objeto afetado:** elemento não-animado afetado ou modificado por uma ação. Exemplo: *"A faca cortou o pão."* *"A galinha comeu o milho."*

**Resultativo:** elemento surgido como efeito de uma ação ou processo. Exemplo: *"O engenheiro construiu uma ponte."* *"O poeta com-*

*pôs um poema.”*

**Objetivo:** elemento que aparece como mero fruto de uma atividade que não o modifica e de que não resulta. Exemplo: *“Nós vimos a Casa Rosada” “Os turistas observaram as cataratas.”*

**Dativo:** elemento afetado positivamente (beneficiado) ou negativamente (prejudicado) pela situação expressa na oração. Exemplo: *“Maria deu um presente ao namorado.” “ O rapaz dirigiu palavras ofensivas à moça.”*

**Locativo:** lugar onde acontece uma ação ou processo ou que assinala procedência, meio ou destino. Exemplos: *“Os estudantes almoçaram na cantina.” “O ministro veio de Brasília.” “ O presidente viajou para a França.”*

**Modo:** maneira por meio da qual uma ação ou processo acontece. Exemplo: *“A criança dorme profundamente.” “Visito meus amigos freqüentemente”.*

**Instrumental:** aquilo de que um agente se serve para realizar algo. Exemplo: *“Nós abrimos a porta com a chave.” “André fez a prova a lápis.”*

**Tempo:** momento em que acontece uma ação ou processo, ou a partir do qual acontece uma ação ou processo. Exemplo: *“Fernanda foi ontem ao cabeleireiro.” “As aulas iniciarão na terça-feira.”*

## Referências bibliográficas

ABREU, A. S. **Gramática mínima.** Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Negrão, E.V.; Scher, A.P.; Viotti, E.C. Sintaxe: explorando a estrutura das sentenças. In: FIORIN, José Luiz ( org.) **Introdução à lingüística II.** Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.



## UNIDADE C

### CONSTITUINTES FRASAIS

Nesta unidade, vamos estudar a estrutura de constituintes frasais, iniciando com o período simples, numa abordagem que funde as noções gramaticais propostas pela GT, acrescidas das noções de papéis semânticos, já estudadas na unidade anterior. A seguir, no capítulo 2, vamos descrever a estrutura frasal baseada na noção de sintagma, conforme a GG.

No capítulo 3, vamos estudar alguns casos de ambigüidade estrutural, procurando dar explicações para a ocorrência desse fenômeno sintático-semântico.

No capítulo 4, vamos introduzir a representação arbórea dos constituintes do período simples, procedimento adotado pela GG, que visa melhor compreender como os elementos da frase se organizam em suas diferentes funções.

Finalizaremos a unidade com o estudo da estrutura de constituintes do período composto.

#### 1. Funções sintáticas dos constituintes

Retomando o que foi exposto no item anterior, vimos que os predicados impõem restrições de seleção (ou exigências) a seus argumentos. Essas restrições são de dois tipos: semânticas e sintáticas. Quanto às exigências semânticas, elas estão relacionadas aos papéis dos participantes na situação descrita, os papéis temáticos ou papéis semânticos.

Vimos, até agora, que o papel semântico que um determinado argumento pode desempenhar depende de seu predicador. Por exemplo, um predicador como *fabricar* seleciona dois argumentos em sua rede argumental essencial: um agente e um *resultativo*. Exemplificando: numa sentença do tipo *O Papai-Noel fabricou os brinquedos*, teríamos: *fabricar* [agente, resultativo].

Quando os verbos aparecem em orações, além das funções semânticas (ou papéis temáticos), os argumentos passam a assumir também *funções sintáticas*, que são as diferentes maneiras pelas quais os argumentos podem entrar em uma oração, os vários papéis sintáticos que eles podem assumir. Vejamos os exemplos:

Cabral *descobriu* o Brasil.

O Brasil *foi descoberto* por Cabral.



Quanto às funções sintáticas, notamos que, o que era sujeito na primeira sentença (*Cabral*) passou a agente da passiva na segunda (*por Cabral*, sempre regido por preposição); e que, o que era objeto direto na primeira (*o Brasil*) passou a sujeito na segunda.

No contraste entre funções semânticas e sintáticas, é interessante notar que, na transformação passiva, alteram-se as funções sintáticas, mas as funções semânticas se mantêm as mesmas: na primeira sentença, o agente (*Cabral*) aparece anteposto ao verbo, que concorda com ele; na segunda sentença, *por Cabral* aparece posposto ao verbo, mas ainda desempenha a função semântica de agente. O resultativo (*o Brasil*) aparece depois do verbo, na primeira sentença, mas anteposto ao verbo na segunda, e ainda com a função semântica de resultativo.

Na transformação passiva, juntamente com a alteração das funções sintáticas, altera-se a perspectiva da cena, que passa a ser apresentada a partir do objeto afetado (no caso, *o Brasil*, na segunda sentença). Esse é um excelente exemplo para percebermos que funções sintáticas e funções semânticas são duas noções distintas.

A seguir, passaremos a descrever e explicar algumas questões pertinentes à sintaxe da língua portuguesa.

## 1.1 SUJEITO

Sujeito é o termo da oração com o qual o verbo concorda. Na oração “Os jogadores partiram atrasados”, o verbo *partir* concorda com os jogadores. Por isso, dizemos que esse termo é o sujeito da oração.

O sujeito em português manifesta-se, na maior parte das vezes (sujeito prototípico- o que aparece de forma mais freqüente), como AGENTE, HUMANO, DETERMINADO, conforme o exemplo acima: os jogadores. Um exemplo de sujeito não-prototípico seria *A fruta caiu da árvore* em que o sujeito não é humano e não é agente.

### a. Oração sem sujeito

Teremos uma oração sem sujeito quando não existe um termo com o qual o verbo concorda. É o que ocorre com

a) orações com verbos e expressões que significam fenômenos da natureza, como *amanhecer, anoitecer, chover, ventar, nevar, gear, trovejar, fazer calor, fazer frio* etc. Exemplos:

*Ventou forte ontem à noite.*

*Anoitece tarde no verão.*

*Faz frio na Região Sul.*

b) o verbo *haver*, no sentido de existir. Exemplo: “*Havia flores no jardim.*”

c) o verbo *ser*, indicando tempo, em geral: “*É cedo*”. “*Era noite*.”

d) algumas construções em que o verbo fica na terceira pessoa do singular, acompanhado do pronome *se*, sem haver um termo com o qual o verbo possa concordar. Exemplos:

*Vive-se* muito bem nesta cidade.

*Anda-se* muito de bicicleta na praia.

*Vende-se* muito na véspera do Natal.

e) construções em que o verbo fica na terceira pessoa do plural, sem um antecedente expresso como em:

*Mandaram* isto para você.

*Disseram* que não haverá aula amanhã.

Essas construções são mais empregadas na língua falada e trata-se de casos de agente indeterminado em oração sem sujeito.

#### FIQUE ATENTO

Segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), as construções *d* e *e*, acima são descritas como casos de “sujeito indeterminado”. Essa nomenclatura não leva em conta a estrutura argumental dos verbos, pois, apesar de não pronunciarmos o sujeito (não há nada foneticamente expresso na posição sujeito), esses predicadores não tiveram a sua estrutura argumental alterada. A posição do sujeito está disponível, garantida na sua estrutura argumental (lembrem que essa estrutura é, na verdade, uma estrutura virtual de relação) e pode, a qualquer momento, ser preenchida por um argumento pronunciado foneticamente.

### b. Sujeito elíptico

Essa realização do sujeito costuma ocorrer quando, dentro de um texto, o sujeito determinado é retomado mais adiante, no mesmo texto, e desaparece como item lexical. Vejamos o texto a seguir:

As *meninas* decidiram fazer um passeio pela montanha no domingo. *Elas* levaram lanches e passaram o dia fora.

A primeira oração contém o termo as *meninas*. Na segunda oração, esse termo é representado pelo pronome *elas*. Na terceira oração, esse termo fica elíptico: “passaram o dia fora” (sujeito elíptico do verbo *passaram* = *as meninas*). Trata-se de uma posição vazia foneticamente na sentença.

## 1.2 POSIÇÃO DO SUJEITO

No português, a posição não marcada do sujeito, em início de discurso, por exemplo, é antes do verbo, o que ocorre principalmente com os sujeitos prototípicos, isto é, com sujeitos *agentes, humanos e definidos*, como já vimos. Exemplos:

*O professor e seus alunos* visitaram um museu na semana passada.

*Spielberg* produziu filmes encantadores.

Sujeitos não-prototípicos tendem a ocupar lugar depois do verbo, como ocorre, por exemplo, com os sujeitos de verbos como *sobrar, acontecer, existir e faltar*, em orações como:

Faltaram *muitos alunos* na aula.

Sobraram *brindes* no evento.

Existem *dois lugares* vagos na sala de aula.

Faltou *luz* ontem à noite.

É interessante observar que um sujeito prototípico (+ humano) ocuparia a posição à esquerda, ainda que com esses verbos, como na frase: “Você ‘sobrou’ naquela festa!”

Quando um sujeito prototípico é colocado à direita do verbo, essa posição permite uma interpretação semântica não convencional. Observemos os seguintes exemplos:

Faltou *um bom atacante* naquele jogo.

*Um bom atacante* faltou naquele jogo.

Na primeira oração, o sujeito posposto ao verbo sugere que fez falta a presença de um bom atacante no jogo, pois a posição ocupada por *um bom atacante* não é prototípica de agente. Porém, na segunda oração, a interpretação é a de que um bom atacante praticou a ação, voluntária, de faltar ao jogo, porque essa é a posição mais freqüente do sujeito prototípico na frase do português.

## 1.3 PREDICADO

O predicado é tudo o que resta de uma oração, uma vez separado o seu sujeito. Em uma oração como “Os rapazes fizeram um churrasco no domingo”, se separarmos o sujeito *os rapazes*, o predicado será *prepararam um churrasco no domingo*. Em uma oração como “Nevou na serra neste inverno”, como não há sujeito, porque o verbo denota fenômeno natural e é, portanto, impessoal, o predicado é toda a ora-

ção: *Novou na serra neste inverno.*

O predicado que tem como elemento predicador um verbo é chamado de *predicado verbal*.

É dentro do predicado que temos as outras funções sintáticas assumidas por outros argumentos do verbo: objeto direto, objeto indireto, as quais veremos a seguir.

#### 1.4 OBJETO DIRETO

Objeto direto é o complemento que, no predicado, se liga diretamente ao verbo sem auxílio de preposição. Essa função é preenchida quase sempre por um dos seguintes argumentos: paciente, objeto afetado, resultativo ou objetivo. Exemplos:

- O atirador matou *um tigre*. (paciente)
- A tempestade derrubou *centenas de casas*. (objeto afetado)
- O artista compôs *uma canção*. (resultativo)
- Eu não vi *o caminhão*. (objetivo)

O verbo que pede objeto direto é chamado, quanto à sua predicação, de VERBO TRANSITIVO DIRETO.

O objeto direto pode ser substituído, na terceira pessoa, por um pronome pessoal oblíquo átono: *o, a, os as*. Exemplo:

O motorista levou as crianças à escola. Levou-*as* de carro.

#### Objeto direto preposicionado

O objeto direto preposicionado pode acontecer sempre que esse objeto não seja prototípico. Para explicar o que é um objeto direto não-prototípico, vamos contrastá-lo a um objeto direto prototípico. Um objeto direto prototípico é *paciente, objeto afetado ou objetivo, não- humano, indeterminado, como uma borboleta e muitas casas*, que aparecem abaixo:

- A criança matou *uma borboleta*.
- A tempestade derrubou *muitas casas*.

Porém, numa oração como

Venceram os americanos os iranianos.

Os dois argumentos (os americanos e os iranianos) têm condições prototípicas para serem sujeito: ambos podem ser agentes, são humanos e definidos. Nenhum reúne condições prototípicas de objeto

direto. Qual deles, então, deverá ser o objeto direto? Mantendo-se a ordem dos termos como está, a solução é usar a preposição *a*, assinalando o objeto direto como um complemento, como um não-sujeito (já que o sujeito, no português, nunca é regido por preposição). A oração terá, então, a seguinte versão:

Venceram os americanos *aos iraquianos*.

Agora sabemos que *aos iraquianos* não é o sujeito e sim o objeto direto preposicionado. O objeto direto preposicionado pode acontecer sempre que esse objeto seja humano, representado por um substantivo ou por um pronome (pessoal, indefinido, interrogativo ou de tratamento). Exemplos:

Os homens amam *a Deus*. (= imagem humana)

Os filhos estimam *aos pais*.

Os filhos estimam *a eles*.

Ele magoou *a todos*.

Elas respeitam *a quem?*

Todos estimam *a Vossa Excelência*.

Salientamos que, com os pronomes pessoais tônicos (ele, ela, eles, elas) na função de objeto direto (“Os filhos estimam a eles”), o emprego da preposição é obrigatório.

## 1.5 OBJETO INDIRETO

Objeto indireto é o complemento verbal que se liga indiretamente ao verbo por meio de uma preposição. O objeto indireto prototípico é aquele preenchido pelo argumento dativo, aquele que representa quem é beneficiado (ou prejudicado) pela ação do verbo. Nesse caso, a preposição selecionada é *a* ou *para*. Exemplos:

O governo concedeu aumento *aos trabalhadores*.

A professora leu histórias *para os alunos*.

Aconteceu uma desgraça *ao piloto*.

O verbo que pede objeto indireto é chamado, quanto à sua predicação, de VERBO TRANSITIVO INDIRETO. Esse é o caso de *acontecer*, em *Aconteceu uma desgraça ao piloto*, em que *uma desgraça* é o sujeito e *ao piloto* é o objeto indireto. O verbo que pede, simultaneamente, objeto direto e indireto recebe o nome de VERBO TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO. É o que ocorre nos dois primeiros exemplos acima.

### a. Objetos indiretos não-prototípicos

Existem outros complementos verbais preposicionados que também são considerados objetos indiretos, além do objeto indireto prototípico. São os complementos de verbos como gostar, acreditar, concordar, crer, duvidar, precisar. Exemplos:

Eles acreditam *em Papai Noel*.

Ela gosta muito *de chocolate*.

Creio *na justiça*.

Duvidamos *desta história*.

Concordei *com tua opinião*.

Nos exemplos acima, os complementos *em Papai Noel*, *de chocolate*, *na justiça*, *desta história* e *com tua opinião* são objetos indiretos não-prototípicos. O objeto indireto não-prototípico, quando comparado ao objeto indireto prototípico, sofre uma restrição: enquanto o objeto indireto prototípico pode ser substituído pelo pronome oblíquo *lhe*, na terceira pessoa, o indireto não-prototípico não pode sofrer essa substituição. Isso acontece porque a construção com *lhe*, nesse contexto, é agramatical. A opção é usar uma forma pronominal do caso reto, precedida de preposição. Exemplos:

\* Eles acreditam-*lhe*. ( mas Eles acreditam *nele*)

\* Ela gosta-*lhe* muito.( mas Ela gosta muito *dele*)

\* Duvidamos-*lhe*. ( mas Duvidamos *dele*)

Quando o objeto indireto é prototípico, a substituição por *lhe* é gramatical:

O governo concedeu-*lhes* aumento.

Aconteceu-*lhe* uma desgraça.

### b. Objeto indireto de interesse e de referência

Muitas vezes, o dativo pode não pertencer à rede argumental essencial de um verbo, como ocorre com o verbo *viajar*. Esse verbo, ao contrário de *dar*, não possui um dativo (beneficiado ou prejudicado) em sua estrutura argumental. Mesmo assim, podemos acrescentá-lo numa oração como:

Paulo viajou *para mim*.

Nesse caso, não podemos dizer que *para mim* seja complemento de *viajar*, porque os complementos, como vimos, são funções sintá-

tivas preenchidas por um argumento pertencente à rede argumental essencial de um verbo. Então, o termo em questão (“para mim”) é um OBJETO INDIRETO DE INTERESSE. Isso significa que o falante quer dizer que Paulo viajou no interesse do falante (ou até mesmo por ele, o falante).

Algumas vezes, esse objeto indireto apenas manifesta a crença de alguém (do enunciador ou de outra pessoa) no valor de verdade da oração. Podemos chamá-lo de OBJETO INDIRETO DE REFERÊNCIA.

*Para mim*, ele viajou. (= na minha opinião)

*Para ela*, você é o maior inimigo. (= na opinião dela)

## 1.6 PREDICATIVO - O ADJETIVO COMO PREDICADOR

### a) Predicativo do sujeito

Como vimos no capítulo 2 da unidade B, além do verbo, os adjetivos também podem funcionar como predicadores. Isso significa que um adjetivo pode ter uma estrutura argumental, que é de um argumento apenas; esse argumento único exerce normalmente a função semântica de objeto afetado ou experienciador. O adjetivo predicador de oração recebe o nome de *predicativo* e seu argumento terá sempre a função sintática de sujeito, se o adjetivo for o único predicador dentro da oração. Por isso, dizemos que ele é um *predicativo do sujeito*. Vejamos os exemplos:

A rosa é *amarela*.

A criança *era feliz*.

Nessas orações, os adjetivos *amarela* e *feliz* são, respectivamente, predicativos dos sujeitos *A rosa* e *A criança*. Observamos que essas orações trazem o verbo *ser*, que é um verbo sem estrutura argumental e tem a função de veicular o tempo da oração, ligando o predicativo ao sujeito. Por isso, recebe o nome de VERBO DE LIGAÇÃO.

Podemos demonstrar que os adjetivos *amarela* e *feliz* são os predicadores que selecionam *A rosa* e *A criança* analisando o seguinte paradigma:

A rosa é *amarela*

\*A rosa é *feliz*

A criança *era feliz*

\*A criança *era amarela*

O exemplos mostram que a agramaticalidade de *\*A rosa é feliz* e *\*A criança era amarela* (abstraindo interpretações metafóricas) se deve à incompatibilidade que existe entre os adjetivos *feliz* e *amarela* e os substantivos *A rosa* e *A criança*, respectivamente. Isso pode ser comprovado se observarmos que não há incompatibilidade entre os substantivos *A rosa* e *A criança* com o verbo *ser*, já que *A rosa é amarela* e *A criança era feliz* são sentenças gramaticais. Logo, a incompatibilidade que gera a agramaticalidade nos exemplos acima é entre o adjetivo e o substantivo, e não entre o substantivo (ou o adjetivo) e o verbo.

Nas orações com predicativo, podemos ter outros verbos, além do *ser*, exercendo a função de âncora temporal e veiculando também a idéia de aspecto,, como em:

- O pão *está* caro.
- O pão *anda* caro.
- O pão *permanece* caro.
- O pão *ficou* caro.
- O pão *continua* caro.
- O pão *parece* velho.

Nessas orações, os verbos *estar*, *andar*, *permanecer*, *ficar*, *continuar*, *parecer*, além de veicularem um tempo finito, também acrescentam informações sobre a duração, mudança do processo de predicação, ou uma apreciação subjetiva do enunciador. A duração pode ser transitória, duradoura, contínua, ou pode-se indicar uma mudança da situação.

É necessário lembrar aqui que alguns desses verbos podem aparecer em outras estruturas, sem predicativo:

- A rosa *estava* no jardim.
- A criança *ficou* em casa.

Nesses exemplos, os verbos *estar* e *andar* não recebem o nome de verbos de ligação, já que *no jardim* e *em casa* não são adjetivos predicadores e sim Adjuntos Adverbiais.

#### **b) Predicativo do objeto direto**

Precisamos esclarecer agora outro tipo de estrutura oracional do português que também comporta um predicativo. Trata-se de orações que contêm dois predicados, um deles representado por um VERBO PREDICADOR e outro, secundário, representado por um ADJETIVO PREDICADOR. Essas orações são chamadas de ORAÇÕES DE PREDI-



CADO VERBO-NOMINAL. Exemplos:

- O jogador jogou machucado.
- O professor chegou atrasado.
- O presidente considera a economia excelente.
- O acidente deixou o rapaz ferido.

Nos dois primeiros exemplos, temos um verbo seguido de um adjetivo predicativo (*machucado* e *atrasado*), que está modificando o sujeito, com o qual está concordando. São, portanto, *predicativos do sujeito*, em orações que já possuem um verbo como predicador: *jogou* e *chegou*.

Nos dois últimos exemplos, temos um predicado secundário, que podemos visualizar no esquema a seguir:

Predicado primário  
[O presidente considera [ a economia excelente]].  
Predicado secundário

O predicado primário é constituído pelo verbo *considerar*, que possui normalmente dois argumentos: um experienciador e uma outra oração, como em:

[O presidente considera [ que a economia é excelente]]  
(experienciador)                      (oração)

As duas orações desse período estruturam-se da seguinte maneira: a primeira contém o verbo *considerar* e seu sujeito (o experienciador) e a segunda exerce a função sintática de objeto direto em relação à primeira. Essa segunda oração contém o adjetivo *excelente* como predicador do sujeito a *economia*.

Assim, na oração *O presidente considera a economia excelente*, o termo *a economia* exerce a função de objeto direto do verbo *considerar* e o adjetivo *excelente*, a função de predicativo desse objeto, constituindo-se o *predicativo do objeto direto*.

Os verbos que admitem predicativos do objeto constituem uma lista reduzida: *julgar, achar, considerar, chamar, fazer, nomear* etc.

O predicativo do objeto pode, às vezes, vir preposicionado. Exemplos:

- O rapaz chamou a namorada *de* traidora.
- O jogador acusou a punição *de* injusta.

A preposição serve, nesses casos, para evitar ambigüidade, pois se não as usássemos, as orações anteriores teriam a seguinte versão:

O rapaz chamou a namorada traidora.  
O jogador acusou a punição injusta.

Nessa versão, os termos *traidora* e *injusta* poderiam não ser interpretados como predicativos de *a namorada* e de *a punição*, respectivamente, e sim como parte dos objetos diretos, que passariam a ser *a namorada traidora* e *a punição injusta*. Nessa análise, os adjetivos exercem função sintática de adjunto adnominal e não mais de predicativo.

Vale lembrar ainda que, algumas vezes, o predicativo do objeto pode ocorrer com outros verbos. Exemplos:

Ele sente *distante* a vitória.  
Nós percebemos a turma *triste* hoje.  
Eu comi a verdura *crua*.

Para testar se o adjetivo é um predicativo ou não, basta substituir o objeto direto por um pronome átono. Se o adjetivo em questão for um predicativo, ele ficará fora dessa substituição:

Ele a sente *distante*.  
Nós a percebemos *triste*.  
Eu a comi *crua*.

Nessas sentenças, os objetos diretos *a vitória*, *a turma* e *a verdura* aparecem na forma de um pronome átono; ficaram fora dessa substituição os adjetivos *distante*, *triste* e *crua*. A possibilidade de substituir apenas o objeto direto por um pronome átono, deixando de fora dessa substituição o adjetivo, mostra que o adjetivo não faz parte do objeto direto, pois exerce outra função sintática: a de predicativo.

### c) Predicativo de objetos indiretos não-prototípicos

Orações com objetos indiretos não-prototípicos, os que funcionam como complementos de verbos como *gostar*, *acreditar*, *duvidar*, etc, podem apresentar predicativos dos objetos indiretos. Exemplos:

Ela só gosta de chá *adoçado*.  
Eu só acredito em você *sóbrio*.  
Nós gostamos de você *bem-humorado*.

Nessas orações, *adoçado*, *sóbrio* e *bem-humorado* são predicativos, respectivamente, dos objetos indiretos de *chá*, *em você* e *de você*.

## 1.7 ADJUNTOS

### a) Adjunto adverbial

Vimos que um verbo pode aparecer junto de adjuntos, isto é, constituintes que não fazem parte da estrutura argumental dos verbos. A ausência desses constituintes não implica agramaticalidade para a estrutura.

Nas sentenças abaixo, exemplificamos alguns deles:

- O acidente aconteceu *ontem*.
- As pessoas conversavam *na sala*.
- A moça falava *calmamente*.
- O homem morreu *de frio*.

No primeiro exemplo, *ontem* indica tempo; no segundo, *na sala* indica lugar; e nos dois últimos, *calmamente* e *de frio* indicam modo.

Como os adjuntos adverbiais não são exigidos pela estrutura argumental dos verbos, não há número limitado para sua ocorrência na oração, podendo existir tantos quantos o enunciador desejar expressar (ou tantos quantos a sua memória permitir). A classe gramatical que desempenha esse papel na oração é a dos advérbios e locuções adverbiais: *ontem*, *hoje*, *amanhã*, *no futuro*, *em São Paulo*, *na sala*, *às vezes*, *de vez em quando* etc.

Às vezes, um adjunto adverbial modifica um outro adjunto adverbial, como em:

- Ele saiu *bem cedo*.
- Nós acordamos *muito tarde*.
- Ela saiu *quase* ao meio-dia.

Devemos ressaltar que alguns adjuntos adverbiais expressam uma avaliação do enunciador sobre a oração inteira. Esses adjuntos adverbiais são representados por advérbios como *talvez*, *felizmente* ou por algum outro advérbio terminado em *mente*. Exemplos:

- Talvez* eu viaje neste final de semana.
- Felizmente*, nada aconteceu aos ocupantes do veículo.
- Quem aplicou seu dinheiro na Bolsa *provavelmente* terá perdas grandes.

### b) Adjunto adnominal

Qualquer nome (substantivo), independentemente da função sintática que desempenhe na frase, pode vir acompanhado de determinantes ou modificadores. De acordo com a Gramática Tradicional, esses determinantes ou modificadores desempenharão a função de adjuntos adnominais. Essas palavras da língua, que compreendem os artigos, os pronomes adjetivos, os numerais e os adjetivos, serão tratadas no próximo item, quando virmos a estrutura sintagmática dos constituintes.

## 1.8 COMPLEMENTOS ADVERBIAIS

Embora tenhamos dito que os adjuntos adverbiais não constituem a rede essencial dos verbos (isto é, não fazem parte da estrutura argumental dos verbos), há casos em que um constituinte que indica uma circunstância faz parte da rede argumental essencial de um verbo. Tanto é assim que sua ausência provoca agramaticalidade. Podemos verificar isso em orações com verbos como *ir*, *morar*, *caber*, *viver*, que têm, em sua rede argumental essencial, um constituinte locativo. Exemplos:

Minha família vai *a Porto Alegre*, amanhã.

Eu morei *no Rio* durante dez anos.

Este pacote não cabe *no armário*.

Muitas famílias vivem *em favelas*.

Se os constituintes que marcam circunstância de lugar, os COMPLEMENTOS ADVERBIAIS DE LUGAR, forem retirados, as orações ficarão malformadas. Lembramos que a NGB não faz essa distinção, chamando todos os termos indicadores de circunstâncias, indistintamente, de adjuntos adverbiais.

## 2. Estrutura dos sintagmas dentro da oração simples

### Estrutura dos constituintes

Saber como os itens lexicais (palavras, expressões) se estruturam em uma sentença faz parte da competência lingüística dos seres humanos, conforme é entendido pela Gramática Gerativa. Segundo essa perspectiva de análise da estrutura das sentenças, o falante de qualquer língua natural tem um conhecimento inato sobre como os itens lexicais de sua língua se organizam para formar expressões mais ou menos complexas, até chegar ao nível da sentença.

Nossa competência lingüística nos ajuda a perceber que as sentenças de nossa língua não resultam da mera ordenação de itens lexicais numa seqüência linear. Por exemplo, sabemos que uma seqüência como *menino bicicleta o da caiu* não é uma sentença do português. Também sabemos que, para termos uma sentença do português formada por esses mesmos itens lexicais, precisamos, antes, fazer combinações intermediárias: compor um conjunto com *o menino*, compor outro com *da bicicleta*, compor mais um com *caiu da bicicleta* e, por fim, compor *o menino* com o conjunto *caiu da bicicleta*.

Além disso, sabemos que uma sentença se constitui de dois tipos de itens lexicais: (i) aqueles que fazem um tipo particular de exigência e determinam os elementos que podem satisfazê-la; e (ii) os itens lexicais que satisfazem as exigências impostas pelos primeiros.

Por exemplo, em uma sentença como 'O engenheiro construiu uma ponte', sabemos que o verbo *construir* precisa ser acompanhado de duas outras expressões lingüísticas: uma que corresponda ao objeto construído e outra, ao agente construtor. Na sentença em análise, as expressões *uma ponte* e *o engenheiro* são as expressões que, respectivamente, satisfazem essas exigências impostas por *construir*. Esse conhecimento é tão natural que, se alguém nos diz, no início de uma conversa '*construiu uma ponte*', nossa reação imediata é perguntar logo '*quem construiu uma ponte?*'. Fazemos isso para solicitar ao nosso interlocutor que complete sua sentença a fim de que as imposições feitas pelo verbo *construir* sejam satisfeitas (estamos, na verdade, pedindo para o nosso interlocutor explicitar os argumentos que compõem a estrutura argumental do verbo *construir*).

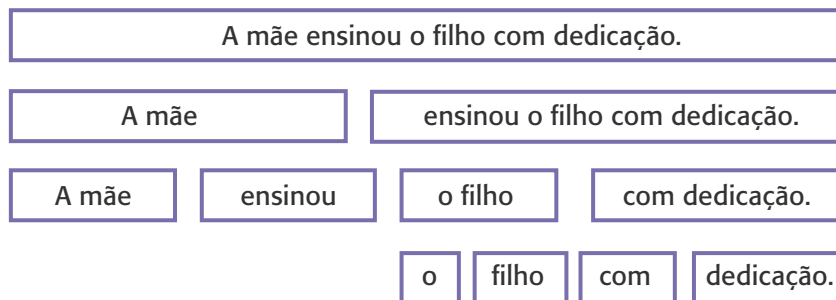
As sentenças das línguas naturais, na sua superfície (isto é, na maneira como são pronunciadas), são formadas por uma seqüência linear de itens lexicais. Porém essa seqüência não é aleatória, e os falantes têm conhecimento das construções possíveis em sua língua. Exemplificando, tomemos as sentenças em (1), abaixo:

- (1) a. A mãe ajudou o filho com dedicação.  
b.\* Da ajudou com filho mãe dedicação o.

Qualquer falante do português é capaz de reconhecer que uma sentença como (1a) é bem formada em português enquanto que (1b) não é uma sentença bem formada. Trata-se de um conhecimento gramatical internalizado, que independe de aprendizado na escola e que se baseia na intuição que temos sobre como as seqüências de elementos lingüísticos devem se estruturar sucessivamente a fim de formar unidades cada vez mais complexas, até chegarmos à formação de uma sentença. Essas unidades são denominadas de **constituintes**

**sintáticos** e constituem a unidade com que trabalha a sintaxe.

A organização frasal, que parte de itens lexicais e os inclui em grupos maiores hierarquicamente superiores, é chamada de **estrutura de constituintes**. A estrutura de constituintes da sentença (1a) pode ser representada pelo seguinte diagrama:



O diagrama mostra que *ensinar* é o predicador, o item lexical que exige dois argumentos: *a mãe* e *o filho*, esses são os itens lexicais que satisfazem a exigência imposta pelo predicador (como explicamos em (i) e (ii), acima). Esse diagrama mostra também que *A mãe* forma um conjunto composto pelos itens *A* e *mãe*. Esse conjunto (*A mãe*) se combina com outro conjunto maior: *ensinou o filho com dedicação*, que, por sua vez, é composto pelos conjuntos *ensinou*, que se combina com *o filho*, que, por sua vez, se combina com *com dedicação*. Essa é a estrutura dos constituintes que compõem a sentença *A mãe ensinou o filho com dedicação*.

A sentença (1b) não pode ser organizada com uma estrutura de constituintes igual à da sentença (1a) e, por isso, nossa intuição lingüística sabe que ela (1b) é agramatical.

Até este momento, vimos todas as funções sintáticas assumidas pelos argumentos de um verbo ou de um predicativo: sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjuntos adverbiais. Mas é necessário agora descrever também as estruturas que compõem essas várias funções.

Sabemos que um sujeito pode ser constituído por um único substantivo ou pronome, mas pode também ter uma estrutura complexa, como em:

*Políticos e eleitores* participam do processo democrático.  
*Os rios e os lagos* ficaram poluídos pelo esgoto industrial.

Também os complementos do verbo podem assumir estruturas complexas, como em:

*Compramos livros e revistas atualizados.*

O aviso foi dado *aos alunos e aos professores*.

As estruturas complexas que vamos estudar de agora em diante são chamadas de SINTAGMAS. Um sintagma é constituído em torno de um *único núcleo*. Assim, temos os seguintes sintagmas:

- a) sintagma nominal - tem como núcleo um *substantivo* ou um *pronome substantivo*;
- b) sintagma verbal - tem como núcleo um *verbo*;
- c) sintagma predicativo - tem como núcleo um *adjetivo*;
- d) sintagma adverbial - apenas um *advérbio* (ou *sintagma nominal* com valor adverbial)

Qualquer função sintática pode ser composta, ou seja, possuir sintagmas coordenados, apresentando mais de um núcleo. Por exemplo:

Sujeito composto: *José e Maria* chegaram ontem.

Objeto direto composto: José trouxe *os filhos e o cachorro*.

Objeto indireto composto: José deu presentes *para os pais e para os irmãos*.

## A. O sintagma nominal

Um sintagma nominal compõe-se de um núcleo *substantivo* ou *pronome substantivo*. Exemplos:

*Bandeiras* tremulavam no mastro.

*Elas* tremulavam no mastro.

Esse núcleo pode ser modificado por elementos de três tipos: *especificadores* (artigos, pronomes demonstrativos, pronomes possessivos), *quantificadores* (numerais ou pronomes indefinidos) e *qualificadores* (adjetivos ou outros grupos nominais introduzidos por uma preposição). Por exemplo:

[O] garoto passou [três] dias na fazenda.  
especificador                      quantificador

[Esse] garoto passou [poucos] dias na fazenda.  
especificador                      quantificador

[Meu] garoto passou [agradáveis] dias na fazenda.  
especificador                      qualificador

Além desses modificadores do núcleo do sintagma, pode haver também um *pré-especificador*, representado pelo pronome todo ou pelo quantificador ambos, que afetam, ao mesmo tempo, todo o conjunto composto pelo núcleo, especificadores e qualificadores. Por exemplo:

Naquele dia, [*todos* [os alunos]] faltaram.  
Naquele dia, [*ambos* [os alunos]] faltaram.

Todos esses elementos que especificam ou qualificam o núcleo de um sintagma nominal são chamados de ADJUNTOS ADNOMINAIS.

Os adjuntos adnominais, quando representados por um pronome, artigo ou numeral, podem ser denominados de *determinantes* (Det). O determinante, quando complexo, constitui-se de mais de um elemento: o *determinante propriamente dito* ou elemento base (det-base); o *pré-determinante* (pré-det) e o *pós-determinante* (pós-det). Podemos visualizar a distribuição dos determinantes do sintagma nominal da seguinte maneira:

[Esses]    [meus]    [dois]    filhos.  
Pré-det    det-base    pós-det

### Outros modificadores do sintagma nominal

Os sintagmas nominais podem exercer várias funções sintáticas dentro de uma oração. São elas:

#### 1 Aposto

Denomina-se aposto o termo que modifica o núcleo de um sintagma nominal e SE IDENTIFICA COM ELE. Vejamos o seguinte exemplo:

*O presidente Lula* viajou para a China.  
*A avenida Presidente Vargas* é muito movimentada.

Nesses dois casos, temos os sintagmas nominais *O presidente Lula* e *A avenida Presidente Vargas*, que exercem a função de sujeito, e seus modificadores são *O, Lula* e *A, Presidente Vargas*, respectivamente. Nesses exemplos, o aposto é *especificativo*, porque os termos *presidente* e *avenida* são genéricos e os termos *Lula* e *Presidente Vargas* são específicos. Assim, vemos que o papel do aposto é a identidade, uma vez que ele identifica, particulariza um ente no conjunto de sua espécie.

Há um tipo de aposto que vem entre vírgulas, o aposto *explicativo*.



Exemplo:

Pelé, *o rei do futebol*, visitou nossa cidade.

A amizade, *o tempero da vida*, é um bem precioso.

## 2 Complemento nominal

Às vezes, o núcleo de um sintagma nominal é constituído por um substantivo predicador. São os substantivos *relacionais* ou *os deverbiais* (derivados de verbos), que possuem uma estrutura argumental. Os modificadores desses núcleos predicadores materializam-se como objeto afetado, paciente, resultativo, objetivo, dativo e locativo e são denominados de complementos nominais. Exemplos:

Ele tem medo *da morte*. (*experienciador*)

A compra *da casa* foi adiada. (*objeto afetado*)

Reconstrução *da ponte*. (*objeto afetado*)

O autor *de Dom Casmurro* é Machado de Assis. (*resultativo*)

A visão *da tragédia* foi terrível. (*objetivo*)

O amor *à pátria* deve ser estimulado. (*dativo*)

A ida *à praia* foi adiada. (*locativo*)

Quando o modificador de um desses núcleos predicadores não for um dos argumentos listados, será analisado como *adjunto adnominal*. Exemplos:

O aumento *do consumo* pode gerar inflação.

A derrota *do time* pode desestimular os torcedores.

Podemos resumir as características do complemento nominal da seguinte forma:

- Liga-se ao nome sempre por preposição;
- Indica sempre o alvo ou ponto sobre o qual recai a ação do nome.

Pode ocorrer que o núcleo de um sintagma adverbial e o núcleo de um sintagma adjetival seja, respectivamente, um advérbio ou um adjetivo com rede argumental, como ocorre em:

O júri decidiu [*favoravelmente* ao réu].  
advérbio

A decisão foi [*favorável* ao réu].  
adjetivo

Os dois núcleos destacados têm uma rede argumental que contém um *dativo* (aquele ou aquilo que é favorecido) que, em ambos exemplos acima, é *ao réu*. Esses argumentos são, portanto, *complementos nominais*.

**FIQUE ATENTO**

Nesse caso, temos um outro tipo de sintagma: o *sintagma preposicionado* (SP).

Um sintagma preposicionado, além da função de adjunto adnominal, pode desempenhar outras funções sintáticas. Uma delas é a que ocorre quando o elemento lexical expressa uma circunstância, situação em que funciona como *adjunto adverbial*, conforme a nomenclatura tradicional. Na maioria das vezes, trata-se, como já vimos, de um argumento não exigido pela estrutura argumental do verbo. Vejamos os exemplos abaixo:

Partiremos todos *de madrugada*.  
 Na *próxima semana*, João comprará um carro.  
 Marta estuda *todas as noites*.

**B. O sintagma adjetival**

Os adjuntos adnominais podem ser representados por adjetivos - os *sintagmas predicativos*, que vamos denominar de agora em diante de *sintagmas adjetivais* (SA). Um sintagma adjetival tem como núcleo um adjetivo, que, como ocorre com os demais tipos de sintagmas, pode vir sozinho ou acompanhado de outros elementos: *intensificadores* (intens.) e *modificadores adverbiais* (SPA), antepostos ao núcleo, e *sintagmas preposicionados*, pospostos a ele. Vejamos alguns exemplos:

As casas são [antigas]  
 SA

As casas são [muito] antigas]]  
 Intens. Adj  
 [ ]  
 SA

O governador e o prefeito foram [recentemente] eleitos]].  
 Mod. Adj.  
 [ ]  
 SA

**FIQUE ATENTO**

Um sintagma adjetival pode ser representado também por uma expressão de valor adjetivo (locução adjetiva), composta por uma preposição *de* + *substantivo*. Por exemplo:

A casa [*de pedra*] foi construída em 1910.

### C. O sintagma verbal

Os sintagmas verbais podem, muitas vezes, ser constituídos de estruturas complexas, ou seja, de mais de um verbo; assim como podem conter apenas uma categoria lexical principal, denominada *núcleo*. O núcleo de um sintagma verbal é o verbo principal, que é o responsável pela estrutura argumental da oração. Exemplos:

- Maria *parou de comer* chocolates.  
 Maria *tinha comido* chocolates.  
 Maria *pode vender* chocolates.  
 Maria *pode continuar a vender* chocolates.

Vemos que todas essas orações contêm o verbo *comer*. A estrutura argumental desse predicador é composta por um *agente* na função de sujeito e um *objeto afetado* na função de objeto direto, mesmo com verbos diferentes antecedendo o verbo *comer*. Isso evidencia que o verbo *comer* é o núcleo dessas combinações de verbos, a que a NGB denomina de *locuções verbais*.

Os verbos anteriores ao principal não têm, nessas orações, estrutura argumental e, por isso, são chamados de VERBOS AUXILIARES.

Devemos salientar ainda que a desinência do tempo verbal manifesta-se apenas no primeiro verbo auxiliar à esquerda, enquanto os demais verbos assumem formas nominais.

### D. O sintagma preposicionado

De maneira geral, o sintagma preposicionado é constituído de uma preposição seguida de um SN: SP ⇔ prep + SN (lê-se sintagma preposicionado reescreve-se como preposição mais sintagma nominal).

Souza e Silva; Koch (1986) propõem que o SP pode desempenhar múltiplas funções na oração. Vamos analisar algumas orações e explicar quais são essas funções:

(1) [As capas dos livros] foram danificadas.  
 [ N SP ]  
 SN

(2) [A realização da tarefa] levará vários dias.  
 [ N SP ]  
 SN

(3) A platéia [gostou do espetáculo].  
 [ V SP ]  
 SV

(4) Meus pais [ voltaram do Rio].  
[ V SP ]  
SV

(5) A professora [falou com calma].  
[ V SP ]  
SV

(6) A decisão do júri foi [favorável ao réu]  
[ Adj SP ]  
AS

(7) [Felizmente], não houve tempestade neste dia.  
SP

(8) [Sem dúvida], os preços estão aumentando.  
SP

O exame destas construções permite verificar dois tipos básicos de SP:

(i) **SPc**, que exercem a função de *complemento nominal* (2) e (6) e *verbal* (3) e (4), ocorrendo necessariamente no interior do sintagma cujo núcleo complementam; e

(ii) **SPa**: exercem o papel de *adjuntos*, apresentando-se ora no interior de outro sintagma (SN, SA), como *modificadores nominais* (1) ou *verbais* (5), ora no exterior de qualquer sintagma, formando um constituinte à parte, como modificadores oracionais (7) e (8).

### 3. Ambigüidade estrutural

Às vezes uma sentença pode ter mais de uma interpretação, ou seja, apresentar ambigüidade. Mesmo considerando a possibilidade de que, num contexto apropriado, ela deixe de ser ambígua, cabe à sintaxe verificar se a ambigüidade de uma sentença está associada a diferentes estruturas. Vejamos alguns exemplos:

(1) Os turistas viram o acidente da ponte.

Essa sentença pode ser interpretada de duas maneiras. Na primeira, o que se entende é que as pessoas estavam sobre a ponte quando viram o acidente (ocorrido em algum lugar que não foi determinado na sentença). Na segunda, entende-se que as pessoas viram o aci-

dente que aconteceu com a ponte. Em outras palavras, pela primeira interpretação, a expressão *da ponte* é entendida como a circunstância de lugar em que estavam as pessoas que viram o acidente. Esse constituinte exerce, nessa interpretação, a função sintática de adjunto adverbial. Pela segunda, diferentemente, a mesma expressão é entendida como algo que sofreu um acidente. Nessa interpretação, *da ponte* exerce a função sintática de adjunto adnominal.

Vamos agora fazer alguns testes para explicitar a ambigüidade dessa sentença.

### (i) Deslocamento de constituintes

1. a. [Da ponte], os turistas viram o acidente.  
b. Foi [da ponte] que os turistas viram o acidente.
  
2. a. [O acidente da ponte] os turistas viram.  
b. Foi [o acidente da ponte] que os turistas viram.

Nas sentenças (1 a, b), acima, percebemos que só a primeira interpretação é possível, ou seja, de que *a ponte* é o lugar onde se encontravam os turistas quando viram o acidente. Nas sentenças (2 a, b), só é possível a segunda interpretação, ou seja, que os turistas viram o acidente ocorrido com a ponte.

O fato de que, em (1a, b), o constituinte deslocado é *da ponte* e, em (2a, b), é *o acidente da ponte* nos mostra que, em (1a, b), *da ponte* forma um sintagma sozinho, e que, em (2a, b), *da ponte* não forma um sintagma sozinho, pois modifica um núcleo que é *acidente*. A conclusão a que podemos chegar após efetuar o teste do deslocamento dos constituintes é que a ambigüidade de (1) *Os turistas assistiram ao acidente da ponte* é causada pela possibilidade de a sentença apresentar duas estruturas diferentes.

### (ii) Passivização

3. a. [Da ponte], o acidente foi visto pelos turistas.  
b. [O acidente da ponte] foi visto pelos turistas.

Novamente, a aplicação da passiva permite desfazer a ambigüidade da sentença original. Da mesma forma que ocorreu em (i), quando aplicamos o teste do deslocamento de constituintes, os constituintes deslocados para a construção da passiva em (ii) foram diferentes. Em (3a) *da ponte* forma um sintagma sozinho (é o adjunto adverbial), à parte de *o acidente* (que é o sujeito da sentença passiva); em (3b) *da*

ponte é o adjunto adnominal que modifica o sujeito da sentença passiva e faz parte desse sintagma. Essa é mais uma evidência de que a ambigüidade da sentença que aparece em (1) deve-se à sua estrutura sintática.

**(iii) Interrogação com fragmento de sentença:**

4. a. O que os turistas viram da ponte?  
b. O acidente.
  
5. a. O que os turistas viram?  
b. O acidente da ponte.

Em (4) a resposta dada mostra que o complemento de *viram* é o acidente (logo, *da ponte* forma um sintagma sozinho, que exerce função sintática de adjunto adverbial). Em (5) a resposta *o acidente da ponte* deixa claro que *da ponte* faz parte de um sintagma maior, que exerce função sintática de objeto direto (ou complemento) de *viram*; nessa interpretação, *da ponte* é o adjunto adnominal de *acidente*.

Resumindo, todos os teste aplicados evidenciam o caráter estritamente sintático da ambigüidade da sentença mostrada em (1). Se há mais de uma interpretação para a sentença, então ela possui mais de uma estrutura.

Vamos analisar agora mais uma sentença ambígua:

- (2) As crianças comeram as frutas verdes.

A primeira interpretação possível dessa sentença é que as crianças escolheram, em vez de frutas amarelas ou vermelhas, as de cor verde. A segunda leitura possível é a de que as crianças comeram as frutas antes de elas amadurecerem, ou seja, quando elas ainda estavam verdes (ou não-maduras).

Para verificar a ambigüidade da sentença (2), vamos aplicar os mesmos procedimentos utilizados até aqui :

**(i) Deslocamento de constituintes**

6. a. [As frutas verdes] as crianças comeram.  
b. Foram [as frutas verdes] que as crianças comeram.
  
7. a. [As frutas] as crianças comeram [verdes].  
b. Foram [as frutas] que as crianças comeram [verdes].

Nas sentenças (6 a, b), só é possível a leitura de que as crianças comeram as frutas verdes e não as vermelhas ou amarelas. Nas sentenças (7a, b), só é possível a interpretação de que as crianças comeram as frutas não-maduras.

**(ii) Passivização**

8. a. [ As frutas verdes ] foram comidas pelas crianças.  
b. [As frutas] foram comidas verdes pelas crianças.

Na sentença (8a), temos apenas a primeira leitura, a de que as crianças comeram as frutas da cor verde; e, em (8b), só a segunda leitura é possível, a de que as crianças comeram as frutas antes que elas amadurecessem.

**(iii) Interrogação com fragmento de sentença:**

9. a. O que as crianças comeram ?  
b. As frutas verdes.
10. a. O que as crianças comeram verde?  
b. As frutas.

Novamente, como mostrado nos testes anteriores, a única interpretação possível para (9a) é aquela em que as frutas comidas foram somente as de cor verde; e a única interpretação possível para (9b) é aquela em que as frutas comidas foram as não-maduras.

Todos os testes feitos para (2) *As crianças comeram as frutas verdes* mostraram que o constituinte *verdes* ora faz parte do sintagma sujeito (*as frutas verdes*, em que *verdes* exerce função sintática de adjunto adominal), ora forma um sintagma sozinho (na interpretação de verdes como não-maduras, em que *verdes* exerce função de predicativo do objeto).

A ambigüidade estrutural mostra como a sintaxe mapeia as informações semânticas e as explicita refletidas na estrutura sintática das sentenças. Isso quer dizer que a sintaxe reflete as informações semânticas contidas no léxico, isto é, reflete as informações semânticas que estão no dicionário mental de todo falante. Essas informações são da mesma natureza daquelas que nos dizem, por exemplo, que um predador do tipo de ver seleciona um complemento passível de ser visto.

#### 4. Representação arbórea dos constituintes da oração simples

As informações semânticas contidas no léxico precisam se manifestar nas sentenças de modo explícito. Para isso, a sintaxe oferece uma estrutura sobre a qual são projetados os itens lexicais e suas informações semânticas.

A estrutura arbórea é um recurso utilizado pela gramática sintagmática para representar a competência que o falante tem que lhe permite segmentar uma sentença em blocos significativos que mantêm uma relação hierárquica entre si. Tomaremos como exemplo o verbo *vender*, um predicado que requer dois argumentos, um que expressa o vendedor e outro, o objeto vendido, como na sentença:

(1) Adão vende carros.

Nessa oração, os argumentos de *vender* são representados pelos constituintes *carros* e *Adão*, ambos sintagmas nominais. Na sintaxe, *vender* aparece numa posição de **núcleo**, uma vez que é o responsável por todas as exigências impostas aos outros termos da sentença. Podemos representar essa organização por meio de um diagrama arbóreo, conforme diagrama proposto por Souza e Silva; Koch (1986), abaixo:

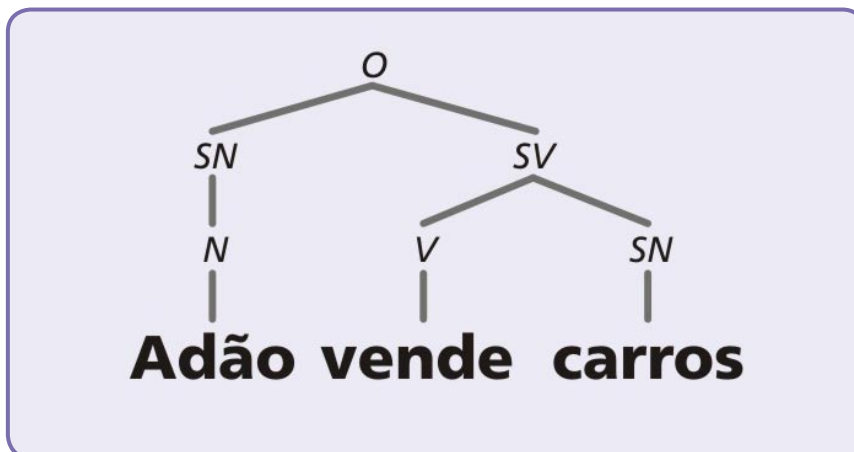


Figura 1

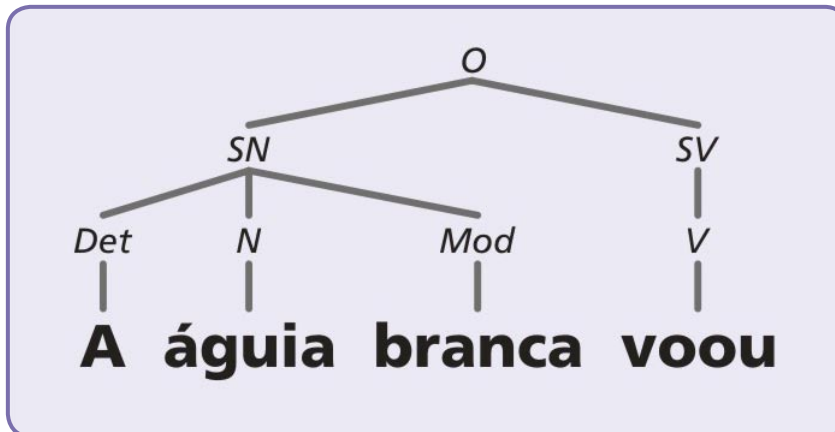
(1) Adão vende carros. (Fig. 1)

Nesse diagrama, temos o símbolo *O* para representar *a oração*; *SN*, representa *sintagma nominal*; *N* representa *nome*; *SV* responde pelo *predicado*; *V* representa *verbo*.

Assim, *O* se reescreve como *SN* (sujeito) e *SV* (predicado), em um primeiro momento. A seguir, vemos que o *SN* é representado por um



núcleo (N). O SV, por sua vez, representa-se por meio do núcleo (V) e de um outro SN (objeto direto). Dessa forma, temos a representação da hierarquia dos constituintes da oração. Vejamos um outro exemplo:

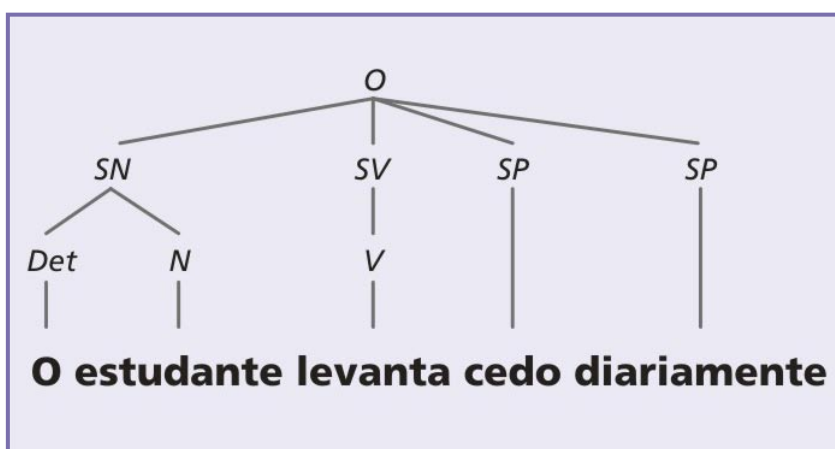


**Figura 2**

(2) A águia branca voou. (Fig. 2)

Nessa oração, temos a presença de determinantes (artigo) e modificadores (adjetivo) junto ao SN que ocupa a posição de sujeito. O *determinante* (Det) pode ser representado por *artigos, numerais ou pronomes adjetivos*, e quando complexo, constitui-se de mais de um elemento. O *modificador* (Mod) pode ser constituído de um *sintagma adjetival* (AS) ou de um *sintagma preposicionado* (SP): *casa amarela*, *casa de pedra*.

A seguir, vamos ilustrar a estrutura dos constituintes apresentados nesta secção por meio de diagrama arbóreo.



**Figura 3**

(3) O estudante levanta cedo diariamente. (Fig.3)

Nesse exemplo, temos a presença de dois sintagmas preposicionados (SP) constituídos de advérbios.

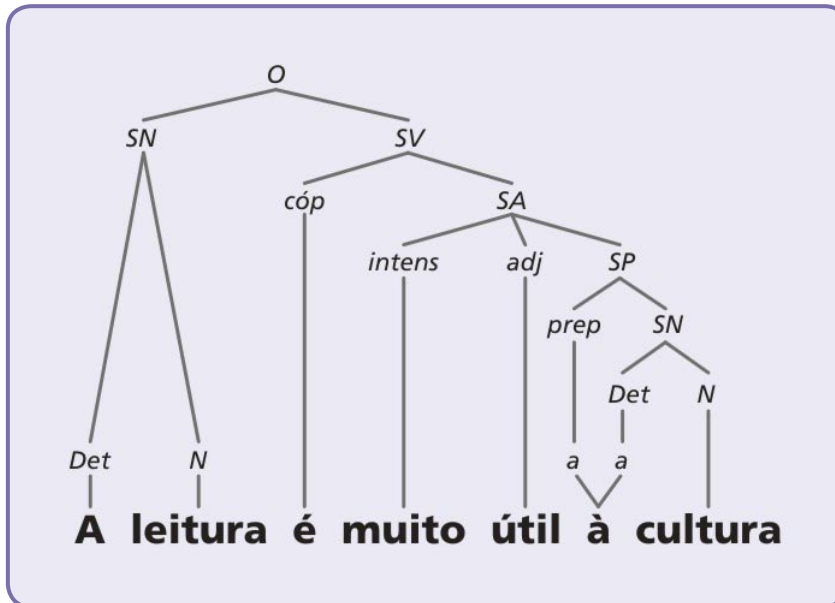


Figura 4

(4) A leitura é muito útil à cultura. (Fig. 4)

Nesse exemplo, além do SN principal, temos no SV a presença de um verbo de ligação (*ser*), que tem o papel de cópula (*cop*), e um sintagma adjetival (SA), representado pelo adjetivo (*útil*), que se liga a um SP (*à cultura*). O SP, por sua vez, constitui-se de um SN, formado por um det. mais o núcleo nominal.

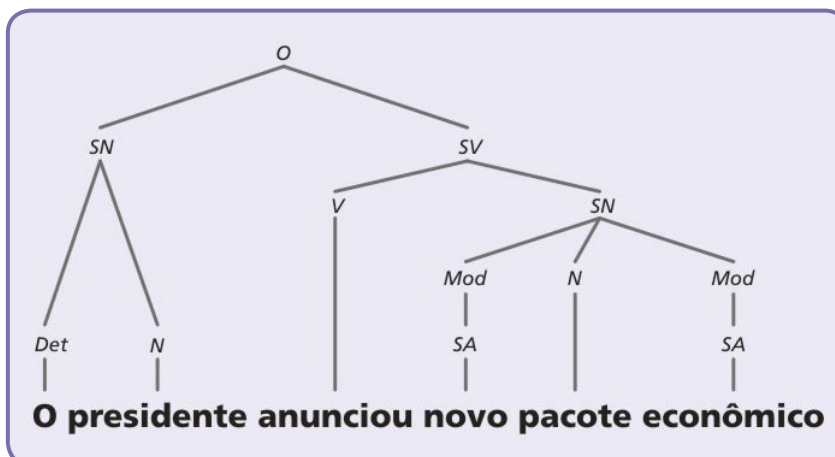


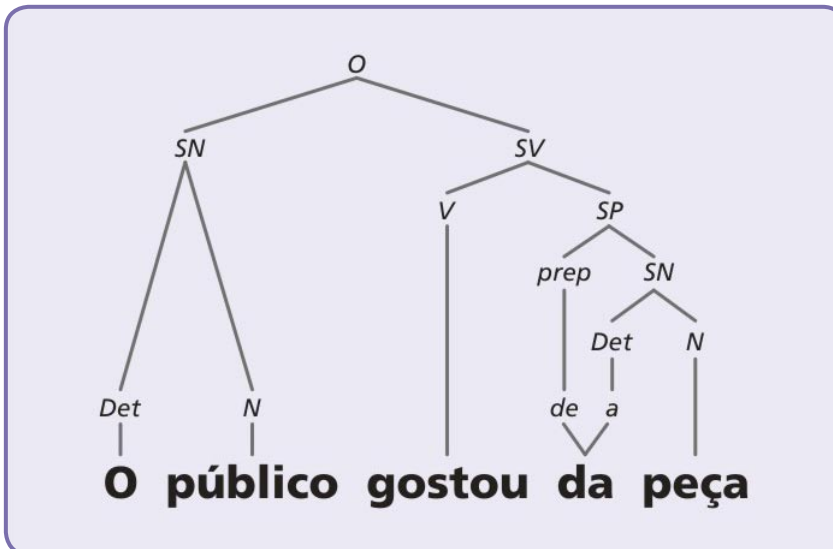
Figura 5

(5) O presidente anunciou novo pacote econômico. (Fig. 5)

**FIQUE ATENTO**

Cópula ou verbos copulativos são os verbos *ser* e *estar* e os demais verbos de ligação.

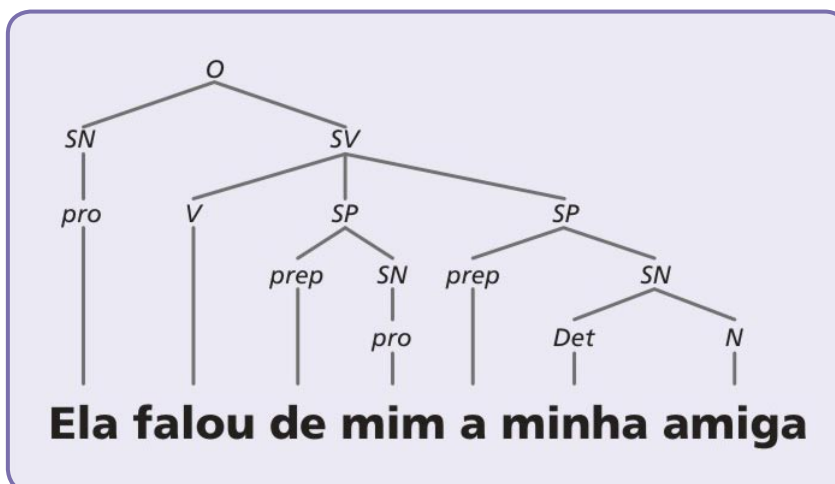
Essa figura representa os argumentos de um verbo transitivo direto, em que aparecem dois SN: um constituindo o sujeito da oração, o outro, o objeto direto. Observe que o núcleo do SN objeto aparece constituído por dois modificadores (Mod), ou (SA).



**Figura 6**

(6) O público gostou da peça. (Fig. 6)

Aqui, temos um SV constituído de verbo transitivo indireto, representado por um SP (*da peça*), que se reescreve como prep.+ SN.



**Figura 7**

(7) Ela falou de mim a minha amiga. (Fig. 7)

Temos agora um SV constituído por um verbo transitivo direto e in-

direto. Assim, observamos que, no SV, manifestam-se dois SP (*de mim* e *a minha amiga*), respectivamente objeto indireto e objeto direto.

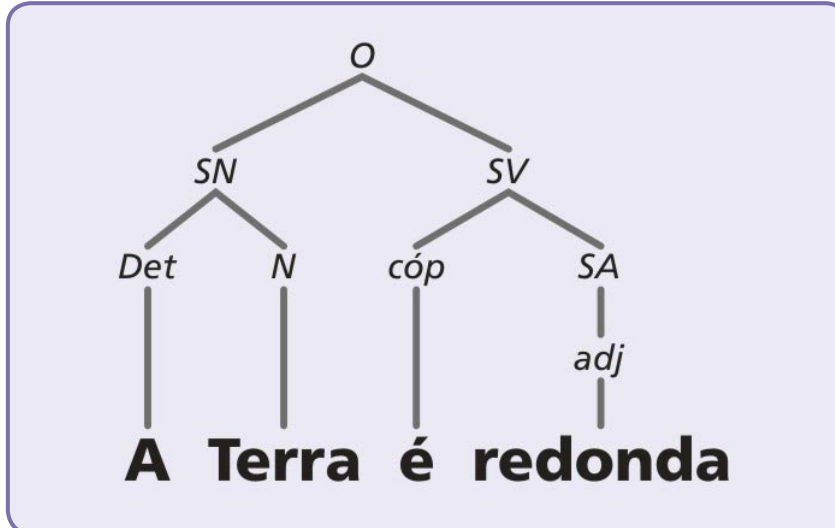


Figura 8

(8) A Terra é redonda. (Fig.8)

Nessa sentença, típica de predicado nominal porque é constituída por verbo de ligação (*cop*), manifesta-se obrigatoriamente um SA, o predicativo do sujeito. Esse termo também pode apresentar-se na frase como um SN ou SP, conforme ilustram os exemplos 9 e 10 a seguir:

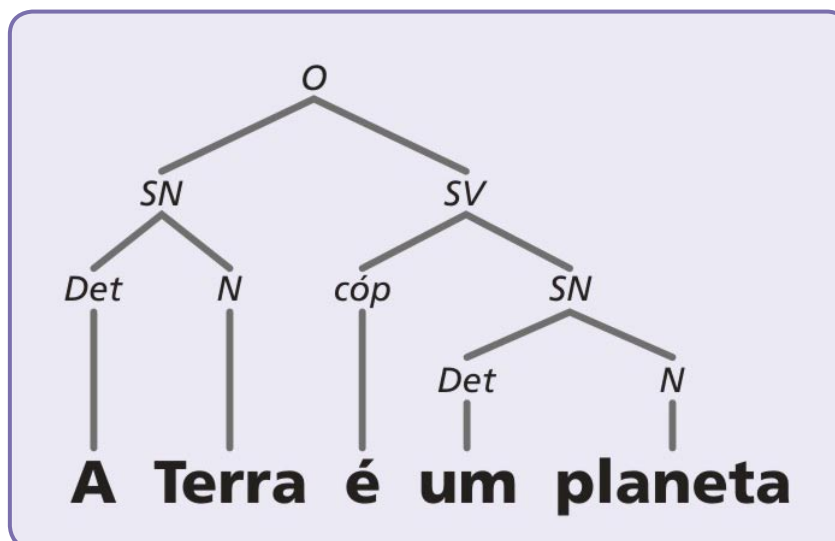


Figura 9

(9) A Terra é um planeta. (Fig. 9)

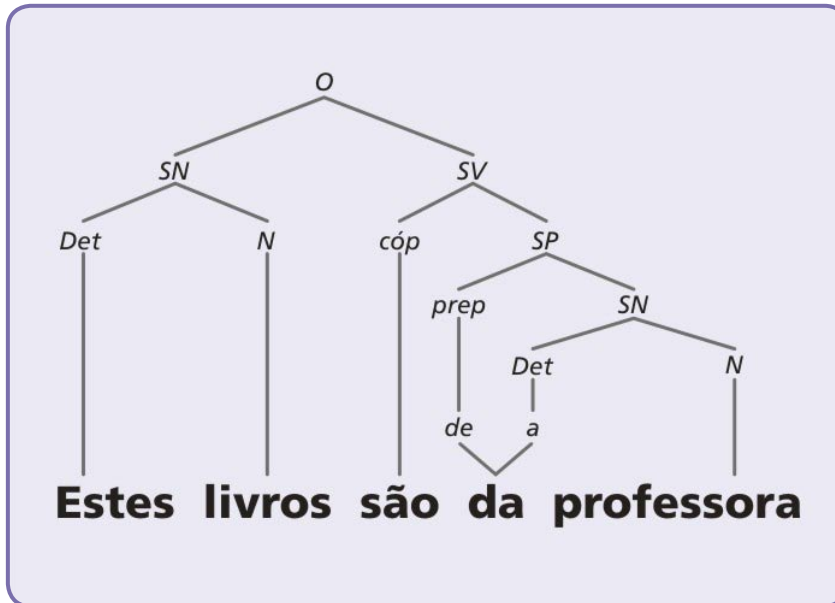


Figura 10

(10) Estes livros são da professora. (Fig. 10)

### Referências bibliográficas

ABREU, A. S. **Gramática mínima**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

SOUZA E SILVA, M. C. P. ; KOCH, I. V. **Linguística aplicada ao português; sintaxe**. SP: Cortez, 1986.

## UNIDADE D

### OS CASOS

Esta é a última unidade de nosso curso de sintaxe. Nela, vamos tratar brevemente da noção de casos, que serve para entendermos como os constituintes se relacionam para desempenhar suas funções na sentença do Português.

#### 1. Caso abstrato, caso morfológico e caso semântico

A noção de caso é adotada pela gramática gerativa para explicar as relações entre os constituintes, pois é o caso que torna visíveis as funções semânticas desempenhadas por esses constituintes nas sentenças.

Mioto, Silva e Lopes (2000) distinguem *caso abstrato* de *caso morfológico* e *caso semântico*. Segundo esses autores, o caso semântico é a noção difundida pela Gramática de Caso, que corresponde ao papel semântico desempenhado pelo argumento: agente, paciente, dativo, etc., conforme já vimos ao tratar do predicado e seus argumentos na Unidade C.

O caso morfológico supõe a existência de um paradigma de morfemas associados aos diferentes casos e se manifesta em algumas línguas, mas não em todas. Uma das línguas que possui um sistema de morfemas de casos é o latim, conforme ilustrado nos exemplos abaixo:

(1) a.	Puer	puellam	amat.
	menino	menina	ama
	NOM	ACC	
	'O menino ama a menina'		
b.	Puella	puerum	amat.
	Menina	menino	ama
	NOM	ACC	
	'A menina ama o menino'		

Na sentença (1b), o SN *puella* está no nominativo, identificado pelo morfema /-a/; em (1a), aparece o morfema /-m/, que é a marca do caso acusativo (*puellam*). Ainda em (1a), o SN *puer* (*o menino*), no nominativo, apresenta o morfema zero /∅/ e, em (1b), *puerum* apre-

senta o morfema /-(u)m/ do acusativo.

O papel dos morfemas causais nas sentenças latinas é o de estabelecer as funções gramaticais (ou sintáticas: sujeito, objeto direto, objeto indireto, agente da passiva, por exemplo) dos SNs, e é através do caso que se reconhece o papel semântico do argumento. Assim, o SN que desempenha o papel daquele que ama, exigido pelo verbo *amar*, é identificado pelo morfema /ø/ do nominativo: *puer* em (1a), e pelo morfema /-a/ em *puella* em (1b). Como sabemos qual é o SN que desempenha o papel do que é amado? Pelo morfema /-m/ do acusativo: *puellam* em (1a) e *puerum* em (1b).

Na passagem do Latim para o português, perdemos as marcas morfológicas de caso; contudo ainda assim conseguimos reconhecer quem desempenha qual papel semântico na sentença. Um recurso que a língua tem para tornar os papéis semânticos visíveis para a interpretação é a posição do SN em relação ao verbo. Assim, na tradução de (1a, b) para o português, por exemplo, sabemos qual sintagma desempenha o papel daquele que ama pela anteposição ao verbo; da mesma forma, sabemos que o papel daquele que é amado pode ser reconhecido pela posposição em relação ao verbo. De uma forma simplificada, dizemos que a ordenação dos SNs no português é importante para torná-los visíveis para a interpretação semântica.

Outra forma que essa categoria tem de se manifestar no português é através do sistema pronominal, pois, no paradigma pronominal do português, encontramos resíduos de marcas casuais, como em:

- (2) a. Eu vi a Inês.
- b. A Inês me viu.
- c. A Inês olhou para mim.

Os exemplos acima mostram que os pronomes de primeira pessoa assumem formas diferentes como reflexos de casos diferentes: *eu* é a forma do **nominativo**, *me* a do **acusativo** e *mim* a do **oblíquo**.

Os exemplos do português servem para exemplificar a noção de **caso abstrato**, mais geral do que caso morfológico. Uma conclusão que podemos tirar dessa discussão é que a categoria caso é uma categoria universal, isto é, está presente em todas as línguas, mesmo naquelas que não dispõem de caso morfológico. O que difere uma língua da outra é a forma como esta categoria se expressa.

No português, o verbo é um núcleo lexical que atribui caso. Se o SN que vem depois dele não é regido de preposição, trata-se do caso acusativo, o objeto direto, como em

- (3) O rapaz viu a professora na biblioteca.

em que a *professora* é o objeto direto do verbo *viu*. E é pela posição ocupada na sentença que sabemos qual dos dois SNs é objeto direto ou sujeito, pois, se invertêssemos a ordem dos constituintes, essas funções também seriam trocadas, como vemos em

(4) A professora viu o rapaz na biblioteca.

em que o caso acusativo (objeto direto) é representado pelo SN *o rapaz*, e o sujeito, por *a professora*.

O caso nominativo é atribuído pela flexão do verbo, o que pode ser exemplificado em (5):

(5) Acordávamos muito tarde durante as férias

Em (5), sabemos que o sujeito de *acordávamos* é *nós* pelas informações que a flexão do verbo nos dá: /-mos/ é desinência de terceira pessoa do plural.

A preposição também é um atribuidor de caso, ela atribui caso *oblíquo* ao seu complemento, como vemos em

(6) Mário deu o livro para mim.

em que SN *mim* recebe caso oblíquo da preposição *para*, caracterizando a função sintática de objeto indireto.

Para encerrar a discussão, precisamos esclarecer um pouco mais a distinção que existe entre caso de função semântica. Observe o paradigma abaixo:

(7) O João chutou o balde

(8) O balde foi chutado pelo João

Em (7) *O João* desempenha a função semântica de agente (pratica a ação) e recebe caso nominativo (é o sujeito sintático); em (8), ele continua desempenhando a função semântica de agente, mas não é mais o sujeito (é o agente da passiva, recebe caso ablativo da preposição). *O balde* é o objeto direto em (7) (recebe caso acusativo do verbo) e desempenha a função semântica de objeto afetado; em (8), esse constituinte continua desempenhando a função semântica de objeto afetado, mas não é mais o objeto, pois nessa sentença ele recebe nominativo da flexão (é o sujeito sintático).

No paradigma (7), (8), acima, notamos que os papéis semânticos



não se alteraram, mas as funções sintáticas sim: uma mesma função semântica pode ser superficializada por diferentes casos. Isso quer dizer que caso e função semântica são noções distintas, que não podem ser confundidas. Contudo, a relação entre elas é muito estreita, pois o caso tem que ser explícito para que se possa interpretar semanticamente um SN.

Por não tornar essa distinção clara é que algumas Gramáticas Normativas ainda definem a função sintática de sujeito como “o ser que pratica a ação”. Se essa for a definição mais adequada para o sujeito, então onde está o sujeito da sentença abaixo?

(9) O João caiu da escada

Em (9) *João* não pratica ação nenhuma, uma vez que ele sofre a ação de cair da escada. Contudo, ainda assim sabemos que esse constituinte é o sujeito, pois ele aparece anteposto ao verbo e recebe caso nominativo da flexão de *caiu*. Logo, podemos definir a função sintática sujeito no português como aquele constituinte que recebe caso nominativo, independentemente da função semântica que desempenha na sentença.

### **Referências bibliográficas**

MIOTO, C.; SILVA, M.C.F.; LOPES, R.E.V. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2004